

NESTA EDIÇÃO:



CAPACITAÇÃO DOCENTE — O Projeto Estágio Capacitação Docente (PECD) criado na Unicamp em 1993, já atingiu 240 alunos. A iniciativa, que tem por objetivo melhorar a didática na sala de aula para os futuros professores universitários, vem revelando novos talentos e valorizando a atividade docente. **Página 3.**

REENGENHARIA — As inovações tecnológicas têm obrigado as empresas a reformular suas estratégias. Na área acadêmica, as engenharias, através do Programa de Desenvolvimento das Engenharias (Prodenge), apoiado por diferentes órgãos de fomento do governo, já deram o início ao processo. **Página 4.**

Unicamp coordena programa nacional de geoprocessamento



Cláudia Bauzer fala sobre o projeto Geotec para um grupo de pesquisadores

Projeto reúne dez instituições e visa a integrar dados sobre a superfície territorial brasileira

Uma equipe formada por 75 pesquisadores e 50 alunos do Instituto de Computação (IC) da Unicamp e de outras nove instituições estão trabalhando num projeto de âmbito nacional denominado Geotec, voltado para o desenvolvimento de ferramentas e técnicas em geoprocessamento.

Coordenado pela professora Cláudia Bauzer Medeiros, especialista em banco de dados do IC, o projeto envolve recursos de US\$ 1 milhão, subsidiados pelo Conselho Nacional de Pesquisa Tecnológica (CNPq), e já mereceu outros US\$ 300 mil da Comunidade Econômica Européia, devido à importância da integração de dados.

O geoprocessamento moderno requer tecnologia de ponta e representa um dos mais recentes desafios para os especialistas em computação no mundo. Inclui processamento de imagens de satélites ou de radar e ainda informações de várias outras fontes.

O projeto Geotec (sigla para Geoprocessamento: Ferramentas e Técnicas), visa auxiliar profissionais como biólogos, geógrafos, engenheiros e outros que não sejam especialistas em computação para que possam realizar seus trabalhos através de softwares alimentados por dados como endereços, aglomerados de pessoas, prédios, postes e ainda sobre áreas agrícolas, vegetação nativa e represas.

Iniciado há pouco mais de um ano e meio, parte do trabalho desenvolvido no Geotec foi apresentado em julho último na 10ª Escola de Computação. Organizado pelo IC, trata-se de um evento tradicional da comunidade acadêmica de ciência da computação no Brasil e reuniu em Campinas mais de 700 participantes. Eles conheceram, entre outros temas, as várias aplicações de sistemas de informação geográfica.

Além da Unicamp, o Geotec envolve a IBM Brasil, CPqD da Telebrás, Petrobrás, Embrapa, universidades federais de Goiás, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, a PUC-RJ e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A Telebrás, por exemplo, está desenvolvendo o sistema de gerenciamento da rede externa (Sagre), projeto de dez anos que objetiva automatizar o gerenciamento e o planejamento da telefonia em centros urbanos de todo o Brasil. Para isso aplica dados geográficos, o que vem contribuindo para novos resultados no Geotec.

Cartas eletrônicas -- O professor Neucimar Leite está orientando no IC

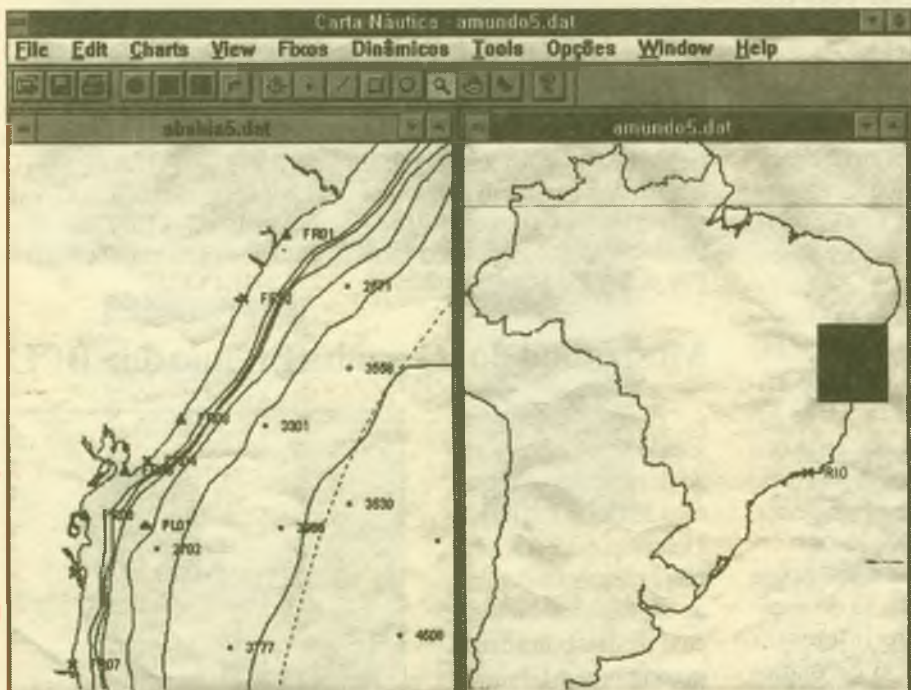
trabalhos de pós-graduação sobre geoprocessamento também vinculados ao Geotec. Um deles, com resultados de interesse para a Marinha do Brasil, objetiva o desenvolvimento de software para cartas eletrônicas de auxílio à navegação. A coordenadora do Geotec esclarece que essa é uma pesquisa de ponta que auxilia tanto a navegação comercial quanto a de guerra.

O mapa em computador é alimentado com informações sempre atualizadas transmitidas via satélite sobre as marés, as ocorrências de tempestades e até mesmo o deslocamento natural da definição do litoral. Também é capaz de informar com precisão a profundidade do local por onde o navio deve passar. Indica ainda como estão as correntes marítimas e a existência e localização de faróis.

Outro trabalho tem como parceiro o Inpe. Voltado para projetos ambientais, visa ao processamento de imagens para a obtenção de informações relacionadas com poluição. "O software limpa a imagem, que é um arquivo de dados, e assim o especialista consegue visualizar, por exemplo, o trecho poluído de um rio", comenta Cláudia. Novos conjuntos de programas ou formas de armazenar dados serão ainda desenvolvidos pelo Geotec, que associa informações sobre a superfície terrestre e mapas.

O planejamento urbano, por exemplo, é uma alternativa capaz de melhorar o fluxo de automóveis e a frequência de sinais. Pode indicar, de acordo com a densidade demográfica da cidade, o melhor local para se construir uma nova escola, postos de saúde, *shopping centers* ou até mesmo um aeroporto. A base de dados mostra onde há maior concentração urbana, o perfil sócio-econômico, condições de transporte e de saúde da população alvo.

A definição de roteamento de carteiros é outra aplicação. De acordo com a carga horária máxima a ser trabalhada por dia e considerando-se o peso das correspondências mais a quilometragem a ser percorrida, o geoprocessamento pode otimizar a rota que o carteiro deve seguir. No que se refere a meio ambiente e agricultura, é a evolução de imagens fornecidas por satélites que evidencia o impacto de poluição de determinada fábrica ou a devastação de uma floresta. (C.P.)



Processamento de imagens de satélite ou de radar fornece informações ao projeto



23ª BIENAL DE ARTE — Dividida em três partes, *Universalis*, Salas Especiais e Representações Nacionais, a Bienal deste ano representa a desmaterialização da arte no final do milênio e a passagem para uma arte "sem preconceitos". A reprodução de imagens (acima), de Andy Warhol (1930-1987), é um dos pontos altos da mostra. **Página 7.**

Opinião

Autonomia universitária e federação

Roberto Romano

Com as incertezas da federação brasileira, vem à tona o problema da autonomia universitária. Desde suas origens, o nosso todo federativo apresenta a marca do centralismo, em detrimento dos estados reunidos no território que se consolidou durante o século 19. Este predomínio do núcleo político — no Rio de Janeiro, depois em Brasília — trouxe outra centralização que emperra a experiência democrática e cultural. Do Império ao regime castrense, temos a hegemonia do poder executivo. Nossa federação foi imposta pelas armas e através de sutis manobras diplomáticas. Não nos desintegramos em pequenas soberanias independentes, como na América espanhola, mas pagamos caro por isso. Ao contrário da grande reunião norte-americana, nossas regiões e municípios seguem diretamente o que é ditado pelo palácio presidencial. Todos sabem que semelhante poder traz, em si mesmo, fraquezas enormes.

A uniformização política, econômica, jurídica, cultural, obnubila as diversidades que persistem nas regiões. Sem poderes intermediários fortes e prestigiados — municípios, parlamentos estaduais, executivos idem — a política federativa brasileira exhibe abstração no planejamento e injustiças nas distribuições do excedente econômico. Ele gera rancores que, cedo ou tarde, podem explodir. As Forças Armadas e o Itamarati não conseguem manter a eficiência, seu apanágio até época recente. Estão sendo corroídos os meios para manter incólume o legado territorial de século. Sem uma fórmula que defina maiores poderes aos setores intermediários e sem que se atenuem o demasiado peso do Executivo em Brasília, nossa União pode correr sérios perigos.

Temos instituições para preservar a unidade federal. O Senado deveria ser um instrumento para dirimir diferenças entre regiões e poderes



locais. Ele não cumpre esta tarefa, por motivos que não cabe discutir agora. Outra fonte de unidade, agora cultural, a Igreja Católica, perde rápido influência e adeptos. Com as novas igrejas cristãs e a expansão de cultos orientais, somando-se os cultos de origem africana, o catolicismo deixa de exercer a tutela unificadora das sociedades brasileiras. A última vez em que a Igreja exerceu um papel notável no Estado federal foi o movimento de massas — ocorrido de nor-

"O setor acadêmico pode assumir o papel de unificador intelectual da federação, aperfeiçoando o processo democrático em seus vários níveis"

te a sul do Brasil — para respaldar o golpe de Estado, em 1964. Depois disto, dividida em suas hostes, ela sofreu o desgaste dos novos meios de comunicação, e perdeu fiéis nas periferias urbanas. Sua hierarquia tornou-se um apêndice dos governos — dos gerais aos civis — ou enfrentou a concorrência do secularismo. Está longe o ano de 1922 (época do Congresso Eucarístico: nele, os políticos, em massa, aceitaram as pressões religiosas), quando o Igreja se definiu como fonte da unidade nacional (Cf. R. Dias, *Imagens de Ordem*, São Paulo, Ed. Unesp, 1966).

Inexistem instituições que possam garantir de fato, física ou espiritualmente, sem traumas, a federação. No vácuo surgido com o enfraquecimento das forças armadas e do Itamarati, e pela anemia da Igreja, é preciso encontrar setores que fortaleçam os vínculos regionais, ao mesmo tempo ajudando a democratizar o estado federal, redimensionan-

do o papel do executivo, dos legislativos, do judiciário. Com a autonomia universitária, consagrada em 1988, os campi podem cumprir parte do programa indicado acima. Nascidas sob as asas do executivo, as universidades públicas federais e as dos estados — as paulistas com particular importância — sofrem os males da centralização excessiva. O drama anual das LDO, em São Paulo, é o lado mais visível desta miséria. Vigorando a autonomia, o setor acadêmico pode assumir o papel de unificador intelectual da federação, aperfeiçoando o processo democrático em seus vários níveis.

As universidades não têm força física, nem penhor divino. Elas se baseiam na gradeza ética e na competência científica e tecnológica. Se for digna de seu nome, a academia deve pensar o universal concreto, sendo o mesmo — a sociedade livre e democrática — meios para se auto-reproduzir.

A universidade alemã, no século 19, forneceu à nação o espírito que a uniu e a elevou ao cume de grande potência. Com autonomia, os campi brasileiros podem impulsionar o estado de direito. Para isto, é preciso que as universidades sejam pensadas como instituições do estado, e não mais como instrumento do executivo. A busca de uma federação sólida e justa é tarefa dos povos e de seus intelectuais. Enquanto comunidade, procuraremos os tribunais, os parlamentos, os municípios. Este é o fulcro da autonomia: colher o universal, fugindo do particular corporativista. Urge fugir das querelas *interna corporis* e abranger o corpo republicano que nos alimenta. Sem isto, a formação universitária será apenas outro nome para certa burocracia do espírito que defende interesses próprios. Este tipo de manobra já desgraçou em demasia o Brasil e os seus *campi*.

Roberto Romano é professor titular de filosofia política do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

Lançamento

Centro de Memória lança revista acadêmica

As áreas de ciências humanas, letras e artes acabam de ganhar mais um espaço para a veiculação de textos. Trata-se da revista *Outros Olhares*, publicação do Centro de Memória (CMU) da Unicamp. Além de artigos, a revista apresenta nessa primeira edição seções de poesias, entrevistas e comunicações. Segundo o historiador José Roberto do Amaral Lapa, coordenador das publicações do CMU, *Outros Olhares* permite abrigar o diálogo, o debate e a polêmica entre ciências, cuja proximidade de fronteiras vem se acentuando nas últimas décadas.

Os temas apresentados neste primeiro número são variados. O carnaval é objeto de estudo da pesquisadora de cultura brasileira Marlyse Meyer e da socióloga Iêda Marques Brito. O patrimônio histórico da região central de Campinas é analisado pelas historiadoras Ana Cláudia Fonseca Brefe e Cristina Meneguello. Liliana Bueno dos Reis Garcia, da Unesp de Rio Claro, aborda o cotidiano vivido pelos ferroviários aposentados de oficinas de estrada de ferro.

O negro e o mercado de trabalho no interior do Estado de São Paulo é o tema abordado pela economista e responsável pelo Grupo de Estudos Afro-Brasileiros-Unicamp, Lucila Bandeira Beato. As professoras Miriam Moreira Leite (USP) e Alba Zaluar (Unicamp) tratam, respectivamente, da mulher brasileira dos anos 20 e da violência e segurança em nossos dias perante as políticas públicas.

Ainda nessa linha, os professores Carlos Fico e Ronald Polito analisam a historiografia brasileira dos últimos vinte anos, assunto sobre o qual acabam de publicar a obra *A História no Brasil 1980-1989: Elementos para uma Avaliação Historiográfica*.

Outros Olhares traz o trabalho mais recente produzido pelo cientista político Plínio Guimarães de Moraes abordando o contato do médico austríaco Carlos Engler com a Expedição Langsdorff. Mostra ainda um estudo de João Fábio Bertonha sobre as tensões da militância antifascista em São Paulo nos anos 30.

Segundo a coordenadora do CMU, Olga von Simson, a nova revista manterá um espaço reservado à colaboração estrangeira. Nesta primeira edição, esse espaço é preenchido pelo arquiteto Carlos Margain Araujo, professor da Universidad Nacional Autónoma del México, que aponta as idiosincrasias que marcam a arquitetura mexicana.

Com tiragem inicial de 1.000 exemplares, a revista pode ser adquirida por dez reais no Centro de Memória, localizado no Ciclo Básico da Unicamp, e nas principais livrarias de Campinas. Também pode ser solicitada pelo correio através de reembolso postal. O endereço é Centro de Memória da Unicamp - Área de Publicações - Rua Sérgio Buarque de Holanda, 800 - caixa postal 6023 - CEP 13083-970 - Campinas. Informações: (019) 239-3441. (A.C.)



Mestrando do IQ ganha Prêmio da SBPC

Atílio de Oliveira Cardoso, aluno do curso de mestrado do Instituto de Química (IQ) da Unicamp, é um dos nove pós-graduandos das áreas de ciências biológicas, exatas e humanas que ganharam o Prêmio Reunião Anual da SBPC. Atílio foi contemplado com o trabalho "Estabilização de látex poliméricos por sorção de solventes orgânicos: uma aplicação do número de Débora". Além de diploma, recebeu prêmio de R\$ 2 mil.



Atílio: reconhecimento científico

UNICAMP — Universidade Estadual de Campinas

Reitor — José Martins Filho. **Vice-reitor** — André Maria Pompeu Villalobos. **Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários** — Archimedes Perez Filho. **Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário** — José Tadeu Jorge. **Pró-reitor de Pesquisa** — Carlos Henrique de Brito Cruz. **Pró-reitor de Graduação** — José Tomaz Vieira Pereira. **Pró-reitor de Pós-graduação** — Carlos Alfredo Joly.



Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade mensal. Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP — Telefones (019) 239-7865, 239-7183, 239-8404. Fax (019) 239-3848. **Home-page** — <http://www.unicamp.br/impressa>. **E-mail** — impressa@cesar.unicamp.br. **Editor** — Eustáquio Gomes (MTb 10.734). **Subeditora** — Graça Caldas (MTb 12.918). **Redatores** — Amarildo Carnicel (MTb 15.519), Antônio Roberto Fava (MTb 11.713), Célia Piglione (MTb 13.837), Graça Caldas (MTb 12.918), Nadir Antônio Platano Peinado (MTb 16.413), Raquel do Carmo Santos (MTb 22.473) e Roberto Costa (MTb 13.751). — Paulo César do Nascimento (MTb 14.812) — colaborador. **Fotografia** — Antoninho Marmo Perri (MTb 828). **Projeto Gráfico** — Amarildo Carnicel. **Ilustração** — Oséas de Magalhães. **Diagramação** — Roberto Costa. **Editoração Eletrônica** — Dário Mendes Crispim, Hélio Costa Júnior e Oséas de Magalhães. **Serviços Técnicos** — Clara Eli de Mello, Dulcinéia Ap. B. de Souza, Edson Lara de Almeida e Sônia Regina T.T. Pais. **Fotolito e Impressão**: IMESP.

Programa prepara futuros docentes

240 doutorandos já foram capacitados nos últimos três anos

A capacidade de transmissão do conhecimento através de uma atividade didática não pode ser medida pelo talento demonstrado por um profissional durante o desenvolvimento de um software ou em sua atividade no centro cirúrgico. Um engenheiro competente e requisitado para a realização de trabalhos sofisticados e um cirurgião renomado podem não ser, necessariamente, bons professores. O ato de ensinar requer algo mais do que oferecem os programas de doutorado.

É neste sentido que a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) da Unicamp vem promovendo o Programa Estágio Capacitação Docente (PECD), iniciativa que atingiu neste segundo semestre um total de 240 alunos vinculados às diferentes áreas do conhecimento.

"Além de preparar os futuros docentes para atividades inerentes ao ensino, o projeto visa a se constituir em fator de mudança no processo de ensino-aprendizagem que ora caracteriza o ensino de graduação da instituição", diz o pró-reitor de graduação da Unicamp, José Tomaz Vieira Pereira.

O projeto PECD foi concebido a partir da percepção de que a maioria dos doutorandos tem como meta a docência — o número de pós-graduandos que fazem o doutorado como aperfeiçoamento para posterior aplicação no setor produtivo é bastante discreto em relação ao total de doutorandos.

Segundo o representante da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) e um dos idealizadores do PECD, professor Newton Cesar Balzan, o docente universitário é uma das únicas profissões de nível superior que não exige do candidato credencial específica para o desempenho de suas atividades. "Dependendo da instituição que contrata o professor, basta o diploma", critica.

Para que um candidato concorra a uma vaga à docência em qualquer das três universidades públicas paulistas — situadas entre as mais exigentes do país, — o título de doutor é um pré-requisito. Entretanto, essa titulação não garante a sua performance diante de uma sala de aula, seja com 80, seja com 20 alunos. Esse problema não é um evento localizado. Trabalhos semelhantes realizados em universidades de países desenvolvidos vêm corrigindo essas falhas. O grau de exigência para a contratação de novos docentes vem aumentando gradativamente.

Os candidatos passam por exames específicos que avaliam sua capacidade didático-pedagógica. Esse fenômeno, comum nas principais universidades estrangeiras, pode ter no PECD o embrião para uma mudança nos critérios de seleção de candidatos a docentes de instituições de ensino superior do país.

Status de docente — Criado no primeiro semestre de 1993 com a participação de 24 alunos, o projeto chega agora ao oitavo período com quase o dobro de alunos (*ver quadro*). Os 47 inscritos neste segundo semestre, como nos períodos anteriores, procedem das diferentes unidades de ensino e pesquisa que oferecem programas de doutorado, com exceção do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). O aluno vinculado ao PECD não precisa necessariamente ministrar a atividade docente na unidade em que desenvolve o programa de doutorado. Isso explica os estágios realizados no Instituto de Artes (IA), que até o momento só oferece programa de mestrado.

Aluno ingressante em programa de doutorado não pode participar do PECD. É necessário que ele tenha concluído um ou mais semestres com alto nível de aproveitamento e que apresente uma carta do orientador de tese concordando com a inclusão no programa. A avaliação é feita inicialmente pelo coordenador de graduação da unidade à qual está vinculado.

Após a indicação, o candidato é submetido a uma nova avaliação feita pela comissão supervisora do projeto, formada por docentes de diferentes unidades da Unicamp.

Cabe à comissão avaliar os currículos do aluno e do professor-orientador da disciplina, além de analisar o programa por eles elaborado para o desenvolvimento das atividades didáticas que serão desenvolvidas ao longo do semestre.

Segundo o professor Balzan, a comissão trabalha no sentido de exigir o desenvolvimento de uma boa didática do aluno participante, seja para atuar em sala de aula seja para orientar atividades de laboratório. "Nossa meta é formar o docente. Não admitimos que o estagiário faça o papel de monitor, tampouco que seja destacado para tocar um laboratório nas horas vagas", afirma.

Durante os seis meses em que o estagiário permanece com as atividades didáticas, sempre com o acompanhamento do professor responsável pela disciplina, ele recebe mensalmente um *pró-labore* que corresponde a um terço da bolsa da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Dependendo da qualidade do trabalho do estagiário e do interesse dele, o estágio pode ser prorrogado por mais um semestre. (A.C.)



Mariza Marques na sala de aula: equilíbrio entre ensino e pesquisa

Doutoranda do IB empolga alunos da educação física

A atividade didático-pedagógica desenvolvida pela engenheira química e doutoranda em bioquímica Mariza Boscacci Marques ilustra a filosofia de trabalho do PECD. Estagiária pela segunda vez, Mariza vem trabalhando a disciplina bioquímica básica junto aos alunos do curso de educação física. Segundo ela, a fundamentação de uma teoria através da elaboração de um projeto, a análise crítica formalizada em relatório e a troca de experiências com estagiários de diferentes institutos e faculdades em sessões de workshop são etapas do PECD e se constituem em peças fundamentais para a capacitação docente.

Mariza, juntamente com a responsável pela disciplina, professora Denise Vaz de Macedo, do Departamento de Bioquímica do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp, vem desenvolvendo um trabalho dinâmico e inovador. Ambas adotam uma metodologia flexível partindo do princípio de que, dependendo do público-alvo, a forma de transmissão

de conteúdo de bioquímica não pode ser a mesma. Embora os fundamentos da disciplina sejam os mesmos, o aluno de educação física não deve ter aula igual à preparada para o aluno de medicina.

Metabolismo em cena — Entre outras inovações, o programa consta de uma atividade de teatro em que é possível, por exemplo, representar o metabolismo de um atleta. "Não se pode pensar em bioquímica como uma disciplina de memorização. O aluno somente poderá aplicá-la se ele assimilar o conteúdo", afirma Mariza. Uma sistemática de avaliação que foge totalmente aos padrões normais é outra experiência que a doutoranda vem ganhando com a professora Denise. São os próprios alunos que corrigem as provas. "Embora a gente faça uma correção prévia em folha à parte, devolvemos a prova sem as nossas considerações, discutimos cada questão com a classe e em seguida repassamos a eles a responsabilidade de uma auto-avaliação. A

nota final não tem apresentado variação", garante.

Esse trabalho vem repercutindo dentro e fora da Unicamp, a ponto de os alunos pedirem aumento da carga horária. Segundo Denise, a solicitação foi aprovada e a aplicação ocorrerá no próximo ano. Tem sido constante a procura pela disciplina por alunos das áreas de ciências exatas e humanas. "Essa metodologia, que ganha novos elementos a cada ano, foi objeto de apresentações em congressos e de um artigo publicado na revista *Biochemical Education*", diz Denise.

Segundo Mariza, o PECD faz com que o estagiário fique atento a duas importantes funções da universidade: gerar e repassar conhecimento. "Essa transmissão depende de um bom preparo de capacitação docente. É necessário acabar com o axioma de que o bom professor é mau pesquisador e vice-versa. É possível encontrar um equilíbrio entre as duas atividades", conclui a estagiária. (A.C.)

Programa Estágio de Capacitação Docente - Quadro demonstrativo dos estágios aprovados -

Unidade	2º sem. 96	Total estágios realizados
FEA	01	04
FEE	03	25
FEM	04	23
FEQ	03	17
FOP	03	16
IB	05	20
IF	04	26
IFCH	02	09
IC	01	01
IMECC	03	25
IQ	05	28
FE	04	21
FEF	01	07
FCM	01	01
FEAGRI	01	06
IA	01	03
IE	05	08
IEL	—	—
TOTAL	47	240

Estudo indica as qualidades e os defeitos de um docente

Todo início de semestre a Comissão Supervisora do PECD promove uma palestra de abertura expondo as diretrizes do programa. Em agosto, por exemplo, Balzan discutiu, dentre outros tópicos, 30 características, comportamentos e atitudes consideradas positivas e negativas na atividade do professor universitário, conforme pesquisa realizada em 1990 pela professora Josefa Grigolli em sua tese de doutorado (PUC-SP) intitulada "A sala de aula da universidade na visão de seus alunos - Um estudo sobre a prática pedagógica na Universidade".

Características mais importantes

- Gosta de ensinar e considera importante o seu trabalho
- Conhece profundamente a disciplina que leciona
- Estimula os alunos a se tornarem independentes
- Organiza e conduz o ensino, visando a autonomia intelectual do aluno
- Aceita as dificuldades e limitações do aluno
- É autêntico no relacionamento com os alunos
- Dá aulas em linguagem clara, fácil e informal
- Organiza, conduz o ensino sem colocar-se como "dono do saber"
- É cordial e amigável no seu relacionamento em sala de aula
- Cria condições para uma visão crítica da realidade e da profissão
- Organiza avaliações que requerem capacidade para organizar o conhecimento
- Demonstra segurança e domínio na condução do ensino
- Procura transmitir mais que o conteúdo; estimula para um ideal
- Usa um roteiro flexível para aula; estimula a participação
- Faz retomadas ao assunto em estudo e sínteses globalizadoras

Características mais negativas

- Demonstra que não pretende "se esquentar" com aulas ou alunos
- Dirige-se ao aluno de forma irônica, ridicularizando-o
- Usa de provas e outras avaliações para punir alunos ou turmas
- Demonstra falta de domínio da matéria que leciona
- Faz discriminação entre os alunos; demonstra preferências
- Dirige-se ao aluno de forma grosseira ou agressiva
- Tem dificuldade para organizar o ensino para assegurar a aprendizagem
- Exige disciplina absoluta na classe; desencoraja participações
- Deixa para trás o aluno com dificuldades
- Segue um roteiro a risca, não permitindo intervenções
- Estabelece um elevado nível de exigência
- Demonstra insegurança, tensão ou temor perante a classe
- Age como se sua função fosse só dar aulas; mantém-se distante e impessoal
- Demonstra impaciência ou desagrado diante do aluno "diferente"
- Limita-se a repetir as idéias e informações contidas nos livros indicados

A reengenharia das engenharias

Sete cursos da Unicamp passam por processo de reestruturação

Dentro de dez anos o homem terá à sua frente um universo onde 50% dos objetos ainda não foram inventados. Essa projeção de inovação tecnológica surpreende mas não deve ser ignorada, pois 50% dos produtos utilizados em 1985 não existiam antes de 1960. De imediato, no entanto, a previsão de cientistas é que para o ano 2000 apenas 2% da força de trabalho estarão concentrados na agricultura, enquanto 22% trabalharão em manufatura e comércio e 66% irão se dedicar à informação e à educação.

Frente a essa perspectiva, associada à inevitável competitividade internacional, o meio acadêmico precisa se reestruturar e um importante porém modesto pontapé inicial vem com as engenharias, tendo como âncora uma ação conjunta da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

O ensino de graduação em 24 instituições de ensino superior — entre as quais está a Unicamp — é o ponto focal desses órgãos no Programa de Desenvolvimento das Engenharias (Prodenge), que deve estar concluído em quatro anos e segue duas linhas fundamentais: a Reengenharia do Ensino de Engenharia (Reenge) e a Rede Cooperativa de Pesquisa (Recope).

As duas ações envolvem a interação entre universidades, institutos de pesquisa e empresas para a realização de atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento e engenharia. Para isso as três agências de fomento liberaram este ano para a Unicamp R\$ 450 mil em equipamentos e software e outros R\$ 250 mil em bolsas de iniciação científica e bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI).

Reengenharia — Algumas universidades do hemisfério norte redefiniram a formação de seus alunos e hoje destinam ao mercado de trabalho profissionais gabaritados para enfrentar os desafios do próximo século. São experiências que têm como base a integração das engenharias, comenta o diretor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC) da Unicamp, professor Wagner Caradori do Amaral, que coordena na Universidade o primeiro ano de realização do Reenge. Ele menciona que na Unicamp, em particular, há uma preocupação constante quanto à definição do papel do engenheiro no futuro e já há alguns anos esses cursos vêm sendo reestruturados.

Essa tarefa recebeu novo fôlego com o Reenge, que se propõe a apoiar as unidades das engenharias e das ciências de suporte, como física, química, matemática e informática, promo-

vido a reestruturação do ensino superior, estimulando a realização de diferentes experiências fundadas nas atividades de pesquisa e desenvolvimento, na prática profissional moderna e na interação com os setores de produção visando à formação de engenheiros competentes e criativos.

Através do Reenge a Universidade recebe apoio para projetos orientados para uma ação catalisadora de uma nova cultura de educação tecnológica, com integração entre os níveis de graduação e pós-graduação. Em alguns cursos os alunos do último ano de graduação podem fazer disciplinas junto com alunos da pós-graduação. Além disso, há intenção de promover maior integração entre as disciplinas básicas e as profissionais, entre o ensino e a pesquisa e entre a perspectiva acadêmica e a dos meios de produção.

Na prática, segundo o pró-reitor de Graduação, professor José Tomaz Vieira Pereira, essas ações deverão resultar numa abordagem diferente de ensino, pela qual primeiro se coloca o problema para então o aluno aprender a resolvê-lo, optando pelas técnicas mais adequadas. A inovação não deixa excluídos os departamentos. “Estes tendem a perder o papel de condutor dos cursos, função que caberá ao coordenador, que seria o responsável pela alocação dos docentes mais indicados para ministrar as aulas, independentemente do departamento desse docente, a exemplo de como acontece hoje nas faculdades de Engenharia Elétrica e de Computação, Engenharia Mecânica (FEM) e Engenharia Química (FEQ). Nestas unidades, as disciplinas não ‘pertencem’ aos departamentos, mas ao curso”, relata o pró-reitor.

Ensino virtual — Os sete cursos de engenharia da Unicamp estão envolvidos no Prodenge: as engenharias elétrica e de computação, mecânica, agrícola, de alimentos, química e civil. A essas estão associadas outras unidades que são prestadoras de serviços — como os institutos de Física, de Matemática, de Biologia, de Ciências Humanas e de Economia, entre outros. Essas unidades também serão beneficiadas com a implantação de novos laboratórios e o ensino virtual, que substitui a lousa e o giz pela Internet (o aluno acessa a área do professor e envia suas dúvidas para o docente através de endereço eletrônico).

Paralelamente à avaliação e a implantação de currículos, novas metodologias de ensino estão sendo adotadas e deverão estar concluídas em um ano. O plano de aplicação compreende a utilização de pacotes de software nas disciplinas de desenho e arquitetura, diretamente nas salas de aula ou em trabalhos relacionados a projetos. Além disso, será intensificada a utilização do software *Mathematica*, já adquirido pela Unicamp, para apoio às atividades das disciplinas básicas de cálculo, física e química. (C.P.)



Professor Dechmann e alunos no laboratório de informática e de máquinas elétricas da FEEC

Qualidade chega à escola rural

Programa “Alunos de Bom-Senso” irá agora para o 2º grau

Uma evolução da ciência administrativa que tende a se expandir cada vez mais para todas as áreas, o conceito de qualidade foi incorporado ao cotidiano de uma escola rural em Valinhos, região de Campinas, através de um programa denominado *Alunos de Bom-Senso* (5S).

Desenvolvido como parte do projeto de mestrado do economista Ismael Bravo, junto ao Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação (Imecc) da Unicamp, o trabalho é baseado numa experiência realizada pelo professor Kaoru Ishikawa, da Universidade de Tóquio, e de outros docentes, na reestruturação do Japão a partir da segunda metade deste século.

A atuação de imigrantes italianos e japoneses em fazendas de café no interior paulista e a acentuada disciplina dos orientais chamaram a atenção do economista, preocupado com a recuperação da instituição escolar brasileira. A constatação de que o conceito de qualidade também chega ao agricultor via escola rural foi reforçada quando Ismael deparou com estudos sobre extensãoismo e sociologia rural, mostrando que a produção familiar e as associações comunitárias têm como ponto de referência a escola — organização que os pais privilegiam mesmo na época em que os filhos abandonam os estudos para trabalhar na lavoura.

“O programa é fundamental em cinco atos que culminam com uma mudança de atitude capaz de criar um ambiente digno de estudo e de trabalho. Trata-se das ações de utilização (seiri), arrumação (seiton), limpeza (seiso), asseio (seiketsu) e disciplina (shitsuke) — daí a denominação de 5S”, explica o economista. Embora essa prática já venha sendo adotada por multinacionais e empresas de grande porte inclusive no Brasil, o trabalho de Ismael — que é professor no curso de extensão Introdução à Gestão da Qualidade, na Puccamp — tem como aspecto original ser o primeiro de mestrado em qualidade realizado na Unicamp na área agrícola.

Tarefas — Segundo Ismael, o aluno de bom-senso é aquele que aplica adequadamente a razão, demonstrando sua compe-

tência. No caso específico desse trabalho, atuando como agentes multiplicadores em suas casas, os jovens orientam os pais sobre o modo correto de aplicar e se proteger dos efeitos de defensivos agrícolas ou como se deve armazenar adequadamente as ferramentas e os acessórios de uso na lavoura, por exemplo.

O primeiro passo, no entanto, aconteceu em sala de aula, onde os alunos aprenderam que pelo senso de utilização deve-se manter apenas o necessário e descartar o que estiver atrapalhando em determinada atividade. Na mochila, por exemplo, tudo o que não é de uso em sala de aula é eliminado. O segundo passo é o senso de arrumação, através do qual se aprende a definir um local para cada ferramenta, móvel, peça ou documento, de maneira que qualquer outra pessoa conseguirá localizá-lo facilmente.

O terceiro S, referente à limpeza, é fundamental para fazer do local de trabalho um ambiente agradável e saudável. Depois da seleção de utilização e arrumação dos materiais, os alunos executam essa terceira tarefa em máquinas, ferramentas, mesas, armários etc. A limpeza pessoal fica por conta do quarto senso, o de asseio acompanhado de roupas limpas e adequadas às atividades a serem executadas em casa, na escola ou na zona rural.

Finalmente, o senso de disciplina é que irá garantir o sucesso do programa, levando seus praticantes a terem responsabilidades e se comprometerem a executá-lo a cada passo. Como resultado, constata-se a redução de acidentes, a melhoria da qualidade e da produtividade, menor tempo de atividade e maior envolvimento dos estudantes nas tarefas.

Expansão — O aluno Fabrício Luz, 12 anos, ajudou o pai a organizar os saquinhos de papel usados para embalar fígos, dividindo-os em grupos com e sem veneno. “Meu pai ficou satisfeito”, afirma o aluno. Andreza Alves Pereira, da sexta série, conta que periodicamente ajuda o pai agricultor a limpar e arrumar o barracão onde são guardadas as ferramentas e os utensílios usados com a cultura de goiaba.

No decorrer do primeiro semestre deste ano o programa *Aluno de Bom-Senso* envolveu 244 estudantes de quarta à oitava séries e oito professores da EEPSP Professora Edina Pampa Aparecida da Fonseca, localizada na Fazenda Capivari, em Valinhos. Fundada em 1962, nessa escola aconteceu a primeira experiência de reforma agrária no Estado de São Paulo. Atualmente possui cerca de 650 alunos, além de 120 crianças da pré-escola e 30 alunos do curso supletivo.

A diretora Suely de Fátima Borges de Oliveira está otimista com a experiência do 5S. “Nossa intenção agora é aplicar o programa no segundo grau noturno e no próximo ano incluí-lo no ciclo básico”, comenta a diretora. Para Ismael, essas são “as primeiras sementes a serem plantadas”. Confiante no resultado de seu trabalho, ele revela que a delegada Regina Helena Peres, da 1ª Delegacia de Ensino de Campinas, pretende estender o programa para as demais escolas da região, tendo como agentes multiplicadores as alunas dos cursos de magistério. (C.P.)



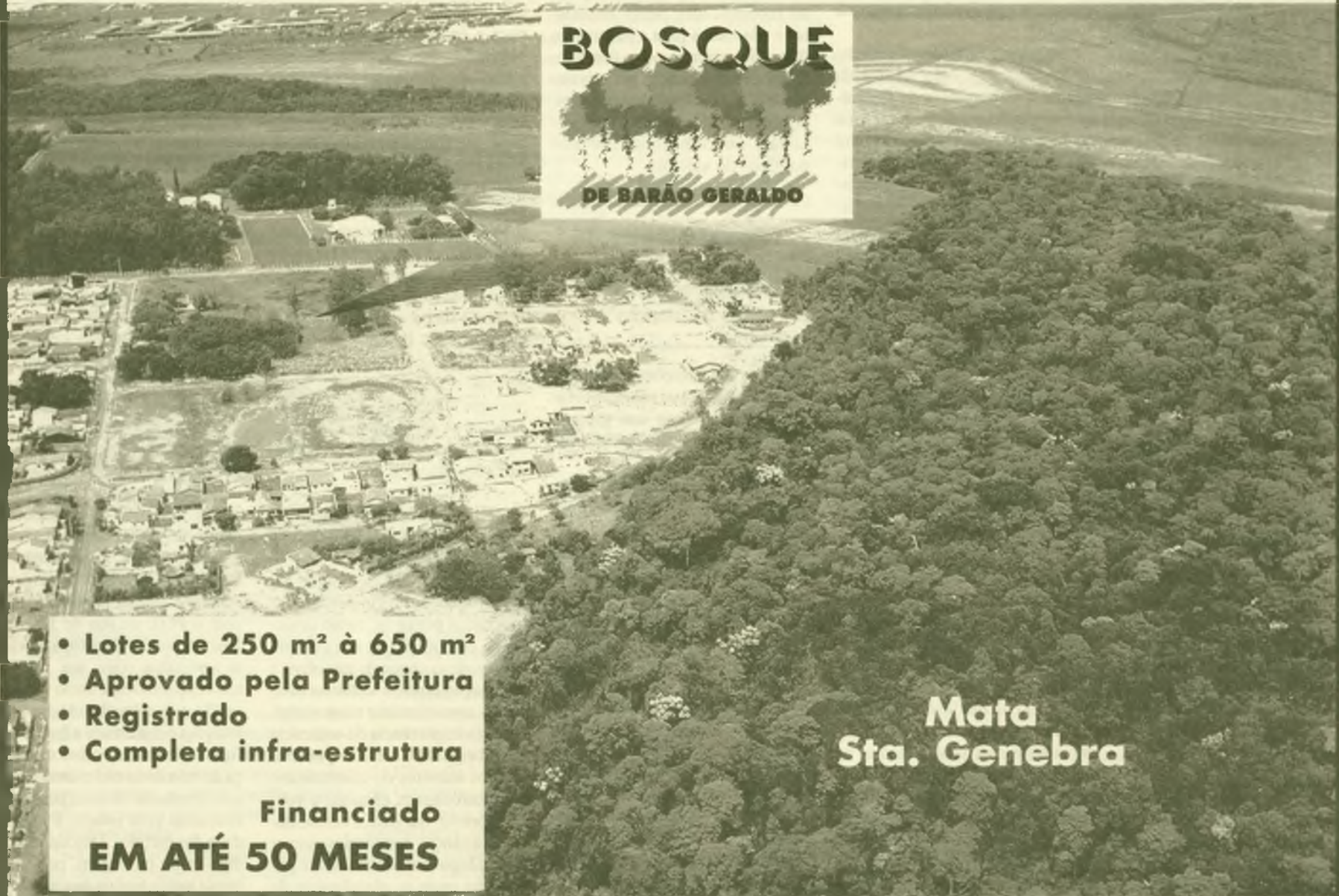
Ismael dá aula na escola rural de Capivari

CONHEÇA SEUS NOVOS VIZINHOS ...



NOVA Agência

E O LUGAR ONDE VOCÊ VAI MORAR.



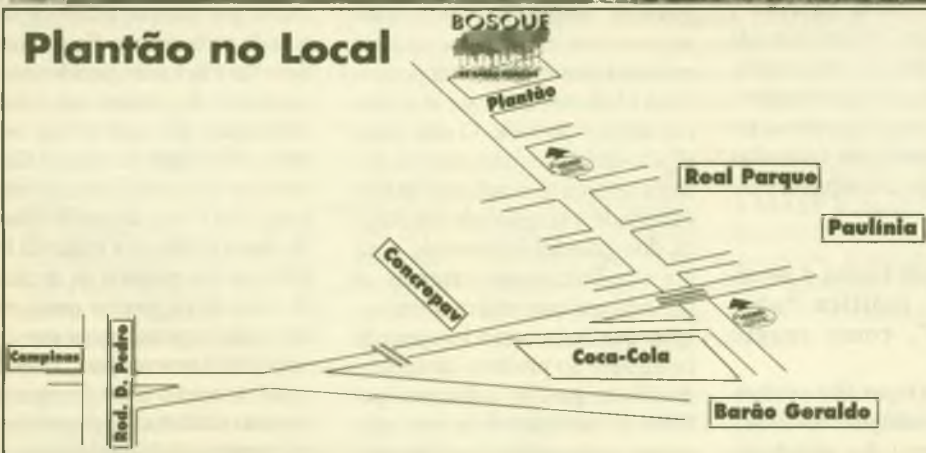
BOSQUE
DE BARÃO GERALDO

- Lotes de 250 m² à 650 m²
- Aprovado pela Prefeitura
- Registrado
- Completa infra-estrutura

Financiado
EM ATÉ 50 MESES

**Mata
Sta. Genebra**

Plantão no Local

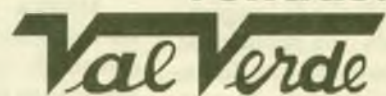


Incorporação:



Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Vendas:



Empreendimentos Imobiliários Ltda.

F: 232-7666

Entrevista: Mônica Machado

Marketing baliza eleições municipais

No dia 3 de outubro cerca de 100 milhões de eleitores irão às urnas para escolher, mais uma vez, os prefeitos dos 5.024 municípios brasileiros. Até bem pouco tempo, a política era exercida com paixão e a disputa do eleitor constituía um verdadeiro exercício de resistência dos candidatos nos milhares de comícios realizados. Hoje o que se verifica é a racionalização das campanhas eleitorais. As estratégias de marketing moldam as imagens dos candidatos. Questões como esta foram objeto de discussão na dissertação de mestrado de Mônica Machado, defendida em junho último, no Departamento de Mídias do Instituto de Artes (IA) da Unicamp, sob a orientação da professora Nelly de Camargo.

JU - Qual a influência do marketing político na eleição dos candidatos?

Mônica Machado - Hoje, o que pesa na decisão do eleitor é, em grande parte, as ações comunicativas gerenciadas pelo marketing. São fatos percebidos com maior clareza nas eleições presidenciais de 1989, momento histórico da primeira eleição direta para a Presidência da República após a ditadura. O fenômeno Collor joga por terra as tradicionais interpretações dos jogos eleitorais. Collor, ao contrário de Covas, não contava com apoios da nata de políticos brasileiros; ao contrário de Ulisses, não tinha um forte esquema partidário a apoiá-lo (ou a dizer que o apoiava); ao contrário de Brizola, não era um político de reconhecida atuação no plano nacional. No entanto, as pesquisas apontavam o favoritismo de Collor. O marketing político consolidou-se nesta eleição para "vender" ao mercado eleitoral uma "imagem" cuidadosamente construída do candidato: simpatia, beleza, coragem pessoal, sedução, carisma. São os atributos, os resíduos simbólicos que, segundo os publicitários, se agregaram à "personalidade" do candidato. O que se verifica, desde então, é a intensa participação do marketing político nas dinâmicas eleitorais. Em 1994, os candidatos estiveram criteriosamente envolvidos com os estrategistas de marketing que procuravam, através de suas táticas, eleger "as máscaras adequadas" para os candidatos, os perfis ajustados às expectativas dos eleitores. O princípio que regula a entrada do marketing nas eleições é a idéia de gerenciar o que a população aspira, para então implementar discursos e ações sociais capazes de atender ou minimizar esses anseios, adequando-os aos interesses dos candidatos.

"A eleição de Collor jogou por terra as velhas interpretações do jogo eleitoral"

JU - Até que ponto é possível construir a imagem de um candidato?

Mônica - Como observa Hobsbawm, vivemos o tempo do culto à personalização política. O candidato é apresentado como ícone: a produção da imagem é desenvolvida pela publicidade. O que chama atenção no discurso dos profissionais de marketing eleitoral é a noção de que o candidato pode comercializar uma imagem modelada. A nova linguagem política, adotando os princípios do marketing

mercadológico, se ajusta às regras da sociedade de consumo. O que se verifica é a proliferação de valores e condutas que racionalizam as eleições, oferecem previsibilidade de resultados e a encaminharam para uma disputa comercial. Exatamente por isso, fazer política nos dias atuais virou um negócio que envolve milhões de reais. É assim que os marketeiros entendem o fenômeno eleitoral no Brasil e é dessa forma que a política se despolitiza e ganha um novo perfil; consolida-se um movimento de personalização dos atores políticos e a espetacularização dos pleitos.

JU - Em que medida as pesquisas de opinião interferem na eleição?

Mônica - Pesquisa é geração de informações. Não há dúvida quanto à importância da pesquisa de opinião no quadro político contemporâneo. Tomando como ilustração o pleito de 1994, verifica-se a importância das sondagens de opinião no desvendamento do comportamento eleitoral. As pesquisas contribuem para dar racionalidade à disputa pelo pleito, oferecem previsibilidade de resultados, antecipam a chegada ao podium eleitoral. Há, por conta disto, inúmeras controvérsias quanto à validade e confiabilidade das sondagens de opinião. As pesquisas, no entanto, só ganham visibilidade quando publicadas. Por isso guardam estreita relação com o universo dos meios de comunicação de massa. As recentes discussões quanto ao grau de influência das pesquisas na decisão de voto do eleitor passam pela questão da ética (e da eficiência) na divulgação de seus resultados. Por oferecer uma antecipação dos resultados, podem modificar a decisão de voto do eleitorado na medida em que determina que alguns candidatos se encontram mal posicionados na corrida eleitoral, com chances precárias de alcançar a vitória no sufrágio. No entanto, os próprios institutos têm tomado cuidados no sentido de avaliar a mudança do voto por influência da pesquisa e os números não são reveladores. Poucos são os eleitores que afirmam escolher um candidato por estarem sugestionados por dados de pesquisa.

JU - Qual a responsabilidade da mídia na divulgação das pesquisas?

Mônica - Os cuidados devem ser redobrados na elaboração de códigos de ética que regem a divulgação na imprensa das pesquisas de opinião. O código para divulgação de resultados já prevê que a metodologia do estudo deve sempre acompanhar o texto de análise da pesquisa quando



Mônica: "A mídia tem grande responsabilidade na divulgação das pesquisas"

publicada. O que se vê, no entanto, é que muitas vezes esta regra não é respeitada. Não há como negar que a matéria-prima do jornal é a informação, o relato dos fatos e sua análise. Mas existem diferentes modos de apreender a realidade, todos vinculados aos interesses da instituição jornalística. Entre o relato do fato e a realidade, um complexo sistema de controle se interpõe. Por isso, os relatórios dos Institutos, quando recodificados pelos jornalistas e adaptados para a linguagem da mídia, ganham novo formato. Alguns dados podem ser privilegiados, destacados, enfatizados, dependendo dos objetivos empresariais ou comprometermos políticos do veículo.

"As estratégias de marketing obedecem às leis de mercado"

JU - As eleições já foram moldadas pela paixão. Hoje, fazer política virou um grande negócio que envolve milhões de reais.

Mônica - A perda da paixão na política ou da emoção é decorrente da racionalização da campanha. A superprodução do marketing político marca sua presença reforçando que não se pode mais almejar a chegada ao poder público sem a intermediação da publicidade. Funcionam como "espinha dorsal" dos bastidores, pano de fundo das estratégias. As pesquisas de opinião colaboram no perfilar das imagens dos candidatos. Em 1994, na disputa acirrada entre Lula e FHC, as pesquisas revelavam que as preferências por Fernando Henrique eram motivadas basicamente pelas seguintes razões: "É arumadinho", "bem nascido", "homem seguro", "com jeito de professor". Neste momento, pode-se intuir que o fascínio pessoal, aliado às técnicas de racionalidade, constituem fórmulas necessárias para a conquista eleitoral.

JU - De que forma é possível vender política "apoliticamente", como sugere Habermas?

Mônica - O que fica evidente nas últimas eleições no Brasil é o papel central das atividades de marketing e a transformação do jogo político em disputa co-

mercial. O comportamento público dos candidatos passa a ser regido por princípios que reafirmem a razão mercadológica. No momento em que as clássicas formas de representação política estão fragilizadas, sinalizando o ostracismo dos partidos, as fragmentações partidárias, o reforço de práticas populistas, das máquinas clientelísticas, o esvaziamento das atividades de militância — especialmente nos grandes centros urbanos — abre-se espaço para a entrada das técnicas publicitárias nas eleições. São recursos que exploram aspectos da qualidade dos candidatos, atribuindo forças simbólicas à sua imagem. Assim, as estratégias de marketing, quando transpostas para o universo político, obedecem às leis de mercado e se comprometem com o discurso empresarial. Não há uma preocupação nítida de seus estrategistas em ampliar as margens de esclarecimento sobre o cenário político conjuntural. Portanto, não há comprometimento político no sentido clássico do termo. É por isso que Habermas afirma: "Proliferam os especialistas de mercado que insistem em vender política apoliticamente".

JU - A baixa politização do eleitorado facilita o trabalho de marketing político?

Mônica - Na fase atual de construção da normalidade democrática pensa-se, como projeto, na elaboração de um circuito informativo capaz de envolver a população com os sistemas eleitorais, conscientizar nossos eleitores da importância do voto, seja ele obrigatório ou não, acabar com os trâmites do clientelismo e da patronagem, eliminar o voto de cabresto, dar maior visibilidade às alianças partidárias, travar um diálogo mais denso com a população onde as plataformas de governo, propostas, planos estratégicos dos candidatos estejam evidenciados e, mais, comprometidos efetivamente com as políticas sociais de base. O uso estratégico-tático do marketing na política reforça as condições de precariedade e fragilidade ideológica dos grandes segmentos sociais e politicamente carentes na medida em que utilizam linguagens que associam a imagem do candidato ao produto de mercado. Neste quadro, o discurso político do candidato e de seus oponentes é relegado a segundo plano. A estratégia é valorizar os atributos pessoais, conhecer in-

timamente a vida dos líderes e promover uma investigação minuciosa do universo privado por onde circula o candidato oponente. Verifica-se entre os estrategistas de marketing político o estímulo ao voto por efemeridade, decidido por um envolvimento tardio e superficial do eleitor com as clássicas variáveis de influência. Quanto mais descompromissados estes forem com as alianças partidárias, com os pontos programáticos e prioridades políticas, com engajamento e trajetória histórico-política do candidato, maiores chances as novas tecnologias terão de convencimento. Explorando aspectos pessoais e recursos visuais, os profissionais de marketing contribuem para caracterizar o envolvimento clássico com a política. Daí se falar em despolitização.

JU - O marketing político está mais centrado nos partidos ou nos candidatos?

Mônica - Durante a ditadura militar, de 13 partidos políticos, o quadro político-partidário foi reduzido a dois: Arena e MDB. Em 1982 o eleitor podia, mais uma vez, escolher entre vários partidos políticos. O multipartidarismo voltaria ao cenário político. Mas ainda é nítida a tendência plebiscitária nas eleições. Pelo governo o PDS, na oposição o PMDB. A exceção: a surpreendente vitória de Leonel Brizola, com o PDT, no Rio de Janeiro. Brizola, com notável capacidade, se apresentou como um *tertius* nas eleições. Desde então vêm se verificando a fragilidade das instituições partidárias e a ênfase na figura do candidato. Esta mudança de referência está marcada por uma profunda desconfiança do eleitorado com relação à identidade dos partidos. Desconfiança, diga-se de passagem, perfeitamente justificável na dança das cadeiras que sempre acontece depois de cada eleição. Se o candidato não é fiel a um partido (a um programa de governo ou a uma ideologia), por que exigir esta mesma fidelidade do eleitor? Com o eleitor afastado do cenário eleitoral, com a falta de credibilidade na classe política e a reduzida influência dos partidos na decisão de voto, não é preciso muito esforço para se perceber que este cenário não é atraente para o eleitorado. A opção pelo pluripartidarismo esfalçou, descentralizou as corporações ideológicas. O grau de desconfiança no partido é elevadíssimo. (G.C.)

Entrevista: Nelson Aguilar

A arte se desmaterializa

Apenas quatro anos da virada do milênio, a 23ª Bienal de Arte de São Paulo, a ser realizada no Parque Ibirapuera, de 5 de outubro a 8 de dezembro, anuncia a arte dos múltiplos sentidos, a que não se limita à visão mas incorpora outros sentidos como o olfato, a audição, o tato. Como explica o curador geral da mostra, o professor de história da arte da Unicamp Nelson Aguilar, "a arte deixou de ser um monopólio da visão". Tendo como tema geral "A desmaterialização da arte no final do milênio", a Bienal contará com a presença de 150 artistas de 75 países e promete ser uma experiência única face às inovações que abriga.



Nelson: "A Bienal de São Paulo adquiriu respeitabilidade internacional"

Jornal da Unicamp - Na Bienal passada o sr. já era curador e provocou surpresa, indignação, ao retirar o suporte tradicional, a tela, como meio de expressão artística, provocando uma ruptura com a chamada arte tradicional. A Bienal de 94 foi uma preparação para a atual?

Nelson Aguilar - Tem tudo a ver. É exatamente isso. A Bienal passada teve, enquanto tema, a ruptura do suporte tradicional, da tela, da escultura instalada como uma massa concentrada no espaço. Agora veremos uma evolução da linguagem artística, uma nova linguagem que estamos observando em todos os campos da cultura, a desmaterialização da arte no final do milênio, que está presente tanto no jornalismo, na introdução dos computadores, na transformação da informação em fluxos eletrônicos. Nesta Bienal o tema ficou muito mais abrangente, muito mais antropológico, digamos assim.

JU - As propostas da Bienal de 92 foram atingidas?

Nelson - Na Bienal passada houve justamente a preparação do espaço museológico, um espaço climatizado de 3 mil m² no terceiro andar. Para esta Bienal o espaço foi ampliado para 4 mil m². A 22ª Bienal foi uma preparação para esta e cumpriu totalmente seus objetivos. Tivemos uma monitoria com arte-educadores que orientou o público, experiência bastante interessante. Foi também uma experiência positiva de marketing cultural. Várias empresas investiram na Bienal. Graças à diretoria, à gestão do banqueiro Edmar Cid Ferreira, tivemos uma Bienal muito mais ambiciosa e sobretudo profissional, porque todos os setores que priorizamos na Bienal passada agora estão muito mais apurados, a ponto de nesta Bienal termos Pablo Picasso, Edvard Munch e Andy Warhol, os grandes ciclos da arte do século 20.

JU - Em que medida o critério de seleção dos curadores permite trabalhar com tendências em lugar de representações por países ou por grupos já consagrados, possibilitando assim ampliar o espaço para a arte emergente e desconhecida?

Nelson - Para responder a essa pergunta tenho que falar sobre a forma como a Bienal está composta. Existe um fato inédito em toda a história da Bienal. Estamos com a *Universalis*, que é uma exposição feita por oito curadores, sendo dois do Brasil. Escolhemos seis artistas de cada região do mundo. Repartimos o mundo artístico em sete regiões: África e Oceania, Ásia, América Latina, Estados Unidos e Canadá, Europa Ocidental, Europa Oriental e Brasil. Essa divisão representa uma saída para o que aconteceu nas últimas bienais, quando éramos meros hospedeiros e recebíamos as representações nacionais. Eles traziam o que queriam ou às vezes o que nós queríamos, mas era uma coisa um pouco aleatória. Agora participam países que nunca vieram antes, como a Indonésia. Cuba também tem uma representação importante. Dessa forma ampliamos a autono-

mia da Bienal. Prosseguimos com as representações nacionais, mas ao invés de três artistas como aconteceu na última Bienal, pedimos para vir apenas um só artista. Com isso aumentamos nosso poder de decisão.

JU - Esse controle maior sobre as obras expostas implica numa maior respeitabilidade internacional?

Nelson - Evidentemente. Estamos abrindo essa Bienal com a mesma autoridade da Documenta de Kassel, na Alemanha, que é uma exposição que acontece de cinco em cinco anos. Dois terços da 23ª Bienal foi projetada especialmente para São Paulo, somente para o Brasil. Não é uma exposição em que estamos aproveitando o itinerário de exposições. É uma coisa desenhada exclusivamente para este evento. A vantagem em relação a anterior é imensa e a representatividade bem maior. Vamos pegar até as raízes da diáspora africana. Geralmente os países africanos não estão ainda organizados do ponto de vista do circuito internacional. Vamos trazer artistas da Costa do Marfim, de Benin. São países que nunca estiveram na Bienal de São Paulo. No caso da África e da Oceania, vamos ter um artista que é aborígene australiano. É raro ver isto numa exposição de arte contemporânea. Esse confronto vai ser muito interessante, e inédito.

JU - Essa nova concepção da Bienal coincide também com a filosofia do MASP. Em que medida o fato dos dois curadores serem professores de história da arte, com uma percepção e visão mais global da área influenciou nessa mudança de rumo, ou isso é casual?

Nelson - Não, de forma alguma. É totalmente consequência do trabalho, do programa de pós-graduação em história da arte do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, que tem a seguinte característica: todos os professores tiveram uma experiência internacional muito grande. Tanto eu quanto o Luiz Marques, o Jorge Coli e o Luciano Milaccio. Isso facilitou bastante o contato com as instituições estrangeiras. Existe uma confiança, uma credibilidade muito grande no circuito internacional em relação à Bienal brasileira por conta disto também. O Luiz Marques, curador do MASP, é uma pessoa que conhece perfeitamente bem toda a curadoria do Museu do Louvre, do Museu D'Orsay, dos museus italianos. O MASP é consequência de um gênio chamado Pietro Maria Bardi que, como todo gênio, é muito instintivo. Faltou, porém, o momento reflexivo. E o Luiz Marques está justamente possibilitando essa reflexão.

JU - Como essa mudança reduz a política e traz de volta o movimento estético à arte?

Nelson - Já na última Bienal os países perceberam que se tratava de uma exposi-

ção onde não havia um domínio geopolítico, como acontece muito com essa arte consular. Às vezes mandam amigos de pessoas importantes, de personalidades políticas. No momento em que a Bienal de São Paulo se torna uma exposição tão prestigiada quanto a de Veneza e com uma reputação tão grande quanto a Documenta de Kassel, os países se preocupam em mandar os melhores artistas para o Brasil. A consequência é que os Estados Unidos mandou só um artista, o Sol Lewitt. A Venezuela manda alguém como o Jesus Souto, que compareceu na última Bienal como artista convidado e agora volta como artista oficial.

JU - A arte deve refletir sobre a sociedade atual e lançar um olhar prospectivo sobre o futuro?

Nelson - Olha, se a arte não cumprir o seu papel prospectivo numa Bienal, ela se converte num museu. A Bienal tem que ser instigante e partir para temas que à primeira vista soam como esotéricos. Essa Bienal de agora tem um tema muito mais universalista porque não é calcado numa experiência brasileira, não tem âncora, é totalmente aberta. Teremos artistas brasileiros como o Mestre Didi. O Mestre Didi é um alto sacerdote do culto dos orixás da Bahia que participou sempre de exposições de cunho antropológico ou que desafiavam o etnocentrismo como "Os Mágicos da Terra", no Centro Pompidou. De repente vamos ver artistas afro-brasileiros como o Rubem Valentim. Requisitamos o painel dos orixás que Rubem Valentim fez para o Palácio dos Arcos que aloja o Ministério de Relações Exteriores em Brasília, um painel de 13 m por 2,5 m. O fato de termos artistas afro-brasileiros na Bienal é muito importante porque representa uma reordenação para nós mesmos. Tive esta experiência quando mostrei Artur Bispo do Rosário em Veneza. Todo mundo viu e comentava: "Mas esse artista tem uma vertente da arte, um gosto tribal". Bispo fez um manto que era para ver Deus no juízo final. Seu trabalho teve um impacto tão forte que gerou um movimento de consciência sobre a arte brasileira. Artur Bispo do Rosário já faz parte da diáspora africana. Acredito que esta Bienal vai ser uma surpresa até para nós brasileiros. Vamos nos descobrir nessa Bienal. Na *Universalis* teremos também um artista do Amazonas, o Roberto Evangelista, que milita pela preservação da ecologia, pela sobrevivência das tribos indígenas. Através desses artistas nós brasileiros vamos nos ver como espectadores. Nós mesmos somos os estranhos que estamos mostrando. Isso já é um efeito da desmaterialização que mudou a centralização da informação.

JU - Com esta nova perspectiva a Bienal abre espaço para a arte virtual, a arte dos fractais gerada por computador?

Nelson - Sem dúvida. O que vai estar presente neste setor é um grande artista de vídeo de Minas Gerais chamado Éder Santos, que vai mostrar uma instalação onde o vídeo aparece como uma imagem projetada dentro de outros elementos. Uma imagem digitalizada e retransformada em outra imagem. Acho que vai ser um ponto muito elevado da perda do suporte. Além desse artista vamos ter vários outros que

trabalham nessa linha. Mas a Bienal não vai ser uma Fenasoft voltada para a informática. A desmaterialização vai ser pensada, no caso brasileiro, como uma quebra do eixo Rio-São Paulo. Temos que mostrar o que acontece em outros lados do Brasil. Nos Estados Unidos, por exemplo, em vez do curador de Nova York, nós escolhemos um curador de Los Angeles porque Los Angeles é uma sociedade onde o mundo hispânico está muito representado. O mundo da Oceania através dos japoneses, dos chineses e dos filipinos. Então isso vai possibilitar a quebra daqueles velhos centros artísticos tipo Paris e Nova York. Essa descentralização vai estar presente em toda a Bienal.

JU - A que o sr. atribuiria as críticas: a preconceitos ou a uma visão muito estrita da arte?

Nelson - Acredito que essas críticas são os últimos estertores das posições antigas, das posições centralizadoras. O papel desta Bienal não é confirmar o que já está consagrado. O papel da Bienal é de pesquisa. Está também cumprindo um papel de penetrar num circuito internacional mais prestigioso através das exposições de Picasso e Munch. Evidentemente, o lado da *Universalis* vai ter que ser um lado bastante exigente. Tem um lado retrospectivo mas também tem um lado prospectivo. A vocação da Bienal é o ataque, não é a defesa.

JU - Diz-se que as instalações permitem ao visitante deixar de ser um mero espectador da obra de arte para ser um participante ativo desse processo?

Nelson - Isso é tão verdadeiro que na primeira exposição que fiz durante a minha gestão, na Bienal "Brasil do século 20", recebemos muita visitação de escolas, inclusive escolas da periferia. Uma pesquisa do DataFolha mostrou que o setor mais visitado foi o das instalações. A arte deixou de ser monopólio da visão. A visão passa a ser dividida com o tato, com o olfato, com a audição, com todos

"O jovem é o crítico de arte mais exigente que existe"

os sentidos. É uma abertura muito grande. A arte se amplia. Quando a gente fala em desmaterialização também

falamos de participação de todos os outros sentidos na obra de arte.

JU - Esse contato inicial dos estudantes com a arte dos múltiplos sentidos, possibilita, na sua opinião, motivar a nova geração para conhecer os artistas clássicos, os acadêmicos?

Nelson - Totalmente. É uma nova abertura. Uma exposição como esta permite ver Goya de uma maneira nova. Goya, por exemplo, foi um dos artistas que instrumentaram novas mídias, novos veículos como a litografia. É como se alguém entrasse na Internet. Como se Goya estivesse na Internet surfando. Picasso também. Picasso é um artista multimídia. Então dá para ter uma nova interpretação de todos esses artistas. O jovem opera essa leitura crítica. O que é histórico a gente sabe imediatamente. Acho que o jovem é o crítico de arte mais exigente que existe. Criança então, nem se fala. Quando uma obra de arte não funciona ela não se liga. Fica indiferente.

JU - Estaria na hora do adulto e dos críticos reverem seus conceitos e reaprenderem a olhar a arte com outros olhos, como as crianças e os jovens?

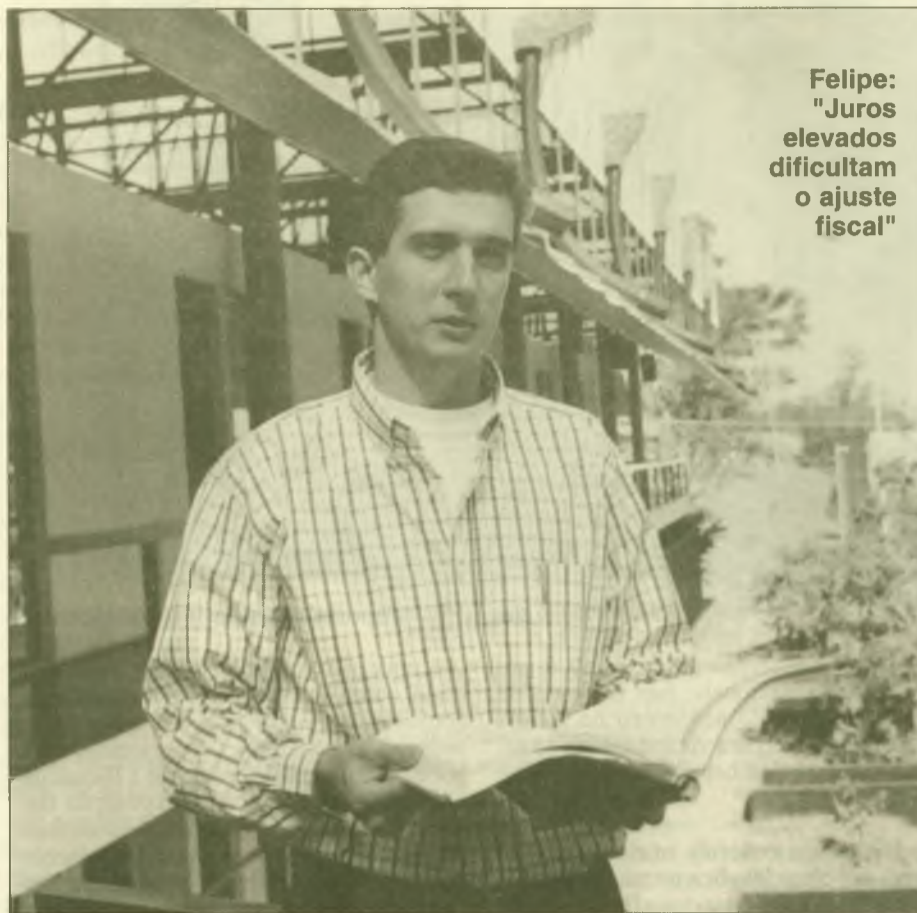
Nelson - Sim. É como aquele comentário de quando saiu o software Windows-95, a criança falando: "Isso é tão fácil que até um adulto pode manipular". Se nós não tivermos essa abertura em relação ao futuro, aí sim, a crítica vai ser contundente e implacável. Eu gostaria de ter 20 anos e ver esta Bienal. É um ponto de partida tão radiante, tão forte, em todos os sentidos. Acredito que a 23ª Bienal vai ser uma experiência única. Do ponto de vista crítico vai mudar uma geração, tenho certeza disso. (G.C.)

Tese avalia riscos da dívida pública

Âncora cambial e taxas de juros são o grande desafio do real

O Plano Real possibilitou nova ordem à economia nacional ao fazer com que a inflação se estabilizasse em níveis aceitáveis. No entanto, apresenta alguns pontos vulneráveis como a crescente dívida pública e o caráter das reservas cambiais, originada em boa parte por moeda injetada na economia brasileira pelo capital especulativo externo. Dessa forma, a perda de credibilidade no governo ou um eventual choque externo podem comprometer seus objetivos e provocar o colapso da âncora cambial. A constatação é fundamentada na análise teórica que compõe a dissertação de mestrado "Globalização financeira e estabilização: uma análise crítica dos modelos com âncora cambial", do economista Felipe Hess, com orientação do professor Mariano Francisco Laplane, do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, defendida em julho.

O modelo de gestão cambial adotado no Brasil, de acordo com Hess, proporciona maior facilidade no manejo da política cambial. Embora permita a estabilização da economia, a âncora cambial, por outro lado, coloca o país em uma espécie de fio de navalha. "Para sustentar a âncora é necessário expressivo volume de reservas cambiais, o que tem sido alcançado com a manutenção de altas taxas de juros", explica Hess. Na outra ponta, porém, juros altos criam ambiente recessivo e elevam de forma crescente a dívida interna brasileira, hoje na casa dos US\$ 150 bilhões. Conforme o economista, a existência de juros elevados dificulta o ajuste fiscal, medida in-



Felipe:
"Juros elevados dificultam o ajuste fiscal"

dispensável para redução da dívida do governo, e de extrema importância para a continuidade do Plano Real. "O equilíbrio das contas públicas é fundamental para não gerar nos agentes econômicos a sensação

de que o déficit fiscal está sendo financiado com emissão monetária", comenta.

Reformas — Outro risco para o plano é seu elevado grau de dependência das

expectativas do capital internacional. "Qualquer desconfiância dos investidores estrangeiros quanto à capacidade do governo em efetuar reformas estruturais pode fazer com que deixem de investir ou até mesmo retirem as aplicações do país. Isso significaria a quebra da economia nacional", observa. Nesse aspecto, Hess acha fundamental que as reformas constitucionais discutidas no Congresso Nacional sejam efetivadas com rapidez. As privatizações propiciam a redução do déficit, uma vez que o governo troca seus ativos bons (as estatais) pelos ativos ruins (os títulos). "O empenho do governo em concretizar as reformas transmite segurança aos agentes estrangeiros", acredita.

Conforme Hess, uma das explicações para o sucesso do Plano Real é o contexto mundial favorável. A liquidez internacional é abundante e isso tem proporcionado um fluxo de recursos exteriores contínuos para a economia brasileira desde o início de 1990. "Os programas de estabilização com âncora cambial têm o respaldo da comunidade internacional. Mas qualquer crise mundial ou a elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, por exemplo, pode mudar esse quadro", adverte.

O Brasil, apesar de possuir reservas da ordem de US\$ 50 bilhões, enfrenta com a âncora uma expressiva valorização do câmbio, o que torna os preços dos produtos nacionais pouco competitivos no mercado internacional. Por isso, salienta o economista, o avanço das importações deve ser contido para que a balança comercial não se torne deficitária, comprometendo a eficácia da âncora e da estabilização econômica. (P.C.N.)

A política salarial nos governos militares

Pesquisa aponta concentração de renda e perda de poder aquisitivo

Censura, violência, tortura, exílios, repressão, slogans patrióticos e ideologia desenvolvimentista. Por trás desse quadro político confuso em meados dos anos 60, o governo militar começava a formatar uma nova política salarial que, gradativamente, em 21 anos após a derrubada de João Goulart, colocaria o Brasil entre os países de menor salário e maior concentração de renda do mundo. Desde o golpe militar, o salário mínimo pago no país veio caindo acentuadamente. A redução chegou a cerca de 50% em 1985, em relação a 1964. Para adquirir produtos essenciais para a sobrevivência, em 1964, bastavam 88 horas e 16 minutos de trabalho. Já em 1984 eram necessárias 194 horas e 38 minutos de trabalho para o assalariado adquirir o mesmo lote de produtos.

Na outra ponta, porém, a situação é bastante inversa. A concentração de renda na parcela 10% mais rica da população, que em 1960 era de 39,6%, passou para 48,1% em 1984, ano em que os 1% mais ricos do país controlavam renda superior aos 50% mais pobres. As constatações integram a tese de doutorado em economia "A política salarial no Brasil, 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória", do jornalista Edmilson Silva Costa, defendida em julho passado.

O trabalho, orientado pelo professor Waldir José de Quadros, do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, foi elaborado a partir de pesquisas em documentos oficiais e jornais clandestinos, alguns deles disponíveis apenas no Arquivo do Movimento Operário, em Milão, na Itália. Além da sistematização de toda a legislação salarial

do governo militar, pós-64, estudo traz também um levantamento inédito das greves que ocorreram durante o período.

Arrocho e repressão — A política de arrocho salarial e acumulação predatória, segundo Costa, foi intensa durante o governo militar. "As intervenções, dissoluções de sindicatos e prisões de sindicalistas deixaram, de certa forma, acéfalo o movimento trabalhista e disciplinaram o sindicalismo, que viveu em refluxo por vários anos", argumenta. De 1964 até 1979, conforme apurou Costa, a repressão atingiu 1.534 sindicatos. Foram 1.202 intervenções, 254 dissoluções e 78 destituições de sindicalistas.

Para realizar essa política o governo avocou para si o papel de gerenciador da política salarial, tirando dos trabalhadores a possibilidade de negociar diretamente com os patrões, abrindo imensas possibilidades de acumulação para o capital. "A política de confisco salarial, depreciação do valor da força de trabalho e acumulação predatória iniciada no regime de exceção levou o Brasil a um dos menores salários entre os 40 países mais industrializados", salienta.

Resistência — Por outro lado, entre esses mesmos 40 países, o Brasil se destaca por garantir uma das maiores taxas de lucros ao capital. Isso demonstra, conforme Costa, que a vitória do projeto conservador em 1964 foi o principal responsável pela sociedade desigual que permanece até hoje. Para ele, a sociedade formatada conscientemente pela ditadura reproduziu a política salarial como código genético, ao reajustar salários pela média, retirando cada vez mais o poder de compra dos trabalhadores.

Mas nem só de derrota viveu o trabalhador. A resistência foi sendo



Documentos oficiais e jornais clandestinos foram as principais fontes de Costa

armada, no início por meio de greves espontâneas, débeis e pouco organizadas. "Eram movimentos heterogêneos e em grande parte motivados por salários atrasados. Essas greves ocorreram nas piores condições, numa época em que a repressão era intensa", conta. Ainda assim, avalia o jornalista, foram fundamentais para que a classe operária virasse o jogo, a partir de 1978, com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista. O terreno para as reivindicações havia sido fertilizado pelos trabalhadores e militantes anônimos, que durante os piores anos da repressão agiram na clandestinidade, muitos deles pagando

com a própria vida a luta por uma sociedade menos desigual.

Vanguarda operária — O arcabouço institucional montado pelo Estado, na avaliação de Costa, foi abalado pela ação de um novo personagem: a vanguarda composta por operários qualificados das indústrias de ponta do setor mais avançado da economia. "Em 1978, aproximadamente 579 mil trabalhadores participaram de greves em todo o Brasil. No ano seguinte, o número de grevistas no país chegou a três milhões". Também como fruto dessas mobilizações surgiram as centrais sindicais, responsá-

veis pela realização de, pelo menos, duas greves gerais de expressão", lembra.

Se por um lado colocou em xeque a política consciente do governo militar de depreciar o poder de compra do salário, por outro a nova face do sindicalismo nacional enfrenta atualmente fortes adversários: a globalização da economia e a reestruturação produtiva na indústria, responsáveis pelo desemprego de 10% da população economicamente ativa do Brasil. O resultado do confronto emergente, porém, é tema que fica para uma outra pesquisa. (P.C.N.)

Almeida Prado é premiado na Espanha

Compositor e professor da Unicamp concorreu com obra inspirada em poema

Depois de quase cinco anos sem escrever uma única peça, o professor de música do Instituto de Artes (IA) da Unicamp, Antônio de Almeida Prado, teve uma grata surpresa no mês passado: a obra *Cantares do Sem Nome e de Partidas — a Mirella Pinotti — in Memoriam* conquistou a primeira colocação no 9º Concurso de Composição Francesc Civil, da cidade de Girona, na Espanha. A obra foi escrita com base num poema da escritora Hilda Hilst. O anúncio do prêmio, no valor de 700 mil pesetas — cerca de R\$ 6 mil — veio pelo telefone, surpreendendo o compositor.

Para receber o prêmio, Almeida Prado explica, no entanto, que só irá à Espanha em julho do ano que vem, quando sua obra será executada na abertura da décima edição do evento. Ele diz que recebeu o regulamento do concurso pelos correios. Um dos motivos que o levaram a tomar parte do certame é que não havia limite de idade. “Normalmente, em competições desse tipo, os organizadores exigem que os compositores tenham menos de 35 anos”, justifica. Os festivais de Girona costumam premiar uma categoria por ano e o vencedor não pode concorrer nos eventos posteriores. As obras enviadas este ano para o concurso deveriam ser compostas para sopranos e orquestra de cordas. No próximo ano, poderão ser inscritas somente composições para piano de autores com idade inferior a 35 anos.

Homem místico — Almeida Prado, atualmente em licença-prêmio, conta que

durante quase cinco anos ficou sem compor nada significativo. “Foi um período em que, escrevendo coisas menores, fiquei sem saber que rumo tomar, não criei nada importante”. Mas explica que talvez sua maior fonte de inspiração atual talvez provenha da viagem que fez a Israel há alguns anos, onde permaneceu de 1989 a 1990. Segundo Almeida Prado, foi uma permanência bastante fecunda em termos de criação. Escreveu, por exemplo, *15 Flashes Sonoros de Jerusalém*, obra executada pela pianista Sônia Rubinsky em agosto no Centro de Convivência Cultural de Campinas. Nessa peça o compositor se utiliza de uma estética musical especial, na qual emprega elementos cristãos, judaicos e muçulmanos. “Em alguns flashes uso uma melodia típica das sinagogas; em outros, elementos gregorianos”, exemplifica.

Mas é sobre *Cantares do Sem Nome* que Almeida Prado fala com mais carinho. Místico, lembra que dias antes de receber o convite para participar do festival de Girona havia sonhado com Mirella, filha do médico e ex-reitor da Unicamp, professor José Aristodemo Pinotti, falecida em acidente de carro no ano passado. “No sonho, ela me pedia que musiciasse o texto de Hilda”, conta o compositor.

Para ele, ter uma peça classificada num concurso do nível do de Girona significa o reconhecimento de toda uma vida dedicada à música. Um dos membros do júri referiu-se à alta maturidade, à simplicidade e ao clima musical extraordinário que a obra encerra. Entre todas as obras



Prado: surpreso com a escolha de sua obra

que já compôs, Prado diz que *Cantares* foi a que escreveu mais rapidamente: tempo recorde de dez dias. Nela, o compositor tenta colocar toda a tristeza pela parti-

da de alguém ainda tão jovem. Mas ressalta que não se trata de uma canção triste, de revolta. “Procurei, isto sim, passar uma mensagem de paz”, conclui. (A.R.F.)

Leica

Biologia Molecular

Produtos e Equipamentos destinados às técnicas de separação, ampliação e documentação de DNA.

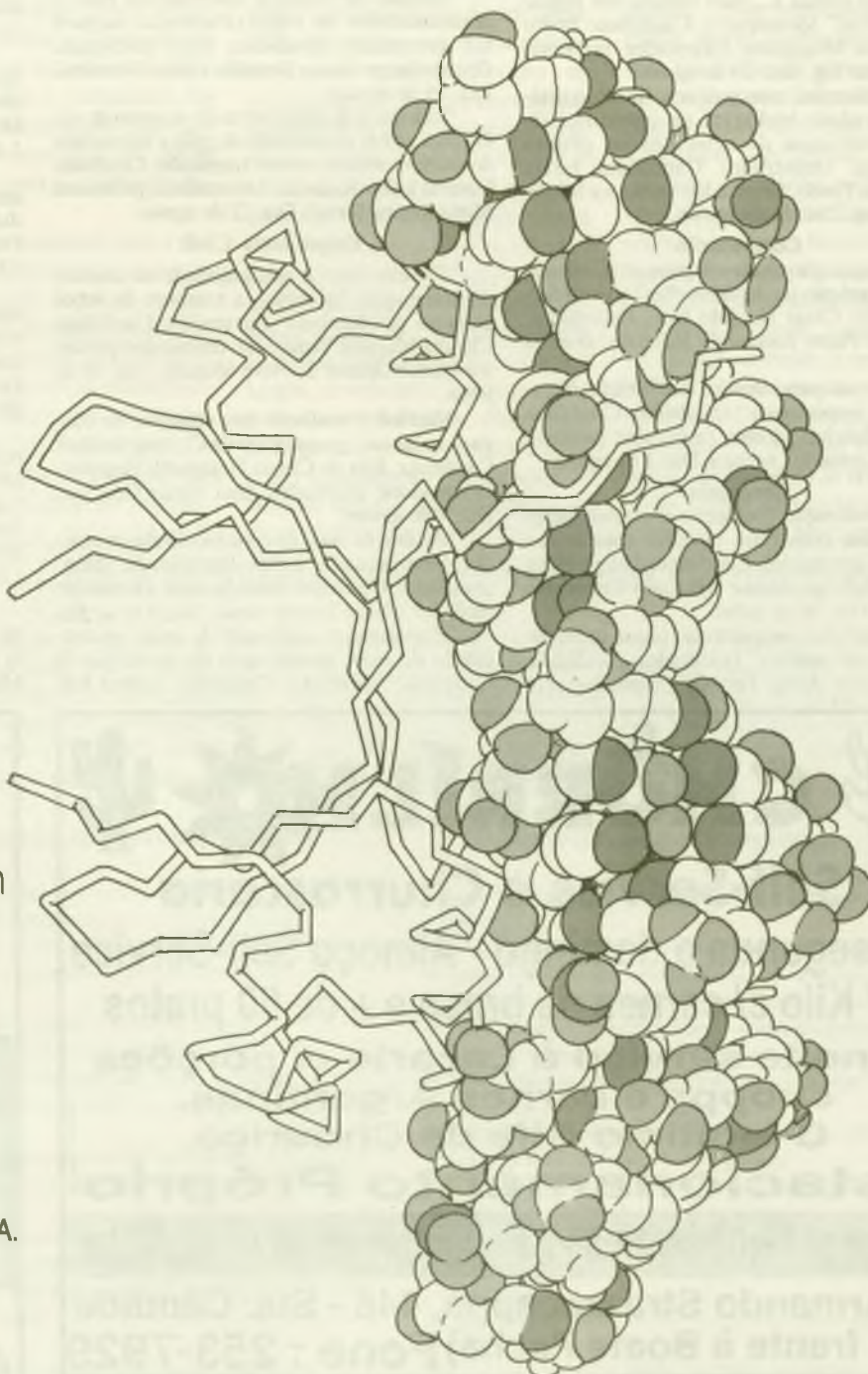
Micromanipulação de células e tecidos.

Técnicas de FISH, análises cromossômicas, cariotipagem automatizada e sistemas de quantificação eletrônica.

Consulte-nos sobre qualquer produto para a sua técnica em Biologia Molecular.

ECAFIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Rua Felix Guilhem, 1046 - 05069-000 - Lapa - São Paulo, SP
TEL.:(011)832-5569 - FAX 832-1989



Vida Universitária

“Carcinogênese esofágica experimental: contribuição ao estudo da histogênese no carcinoma epidermoide” (mestrado). Candidato: José Afonso Sallet. Orientador: professor Nelson Adami Andreollo. Dia: 1 de agosto.

“A temática da avaliação no campo da saúde coletiva: uma bibliografia comentada” (mestrado). Candidata: Ana Cecília Bastos Stenzel. Orientador: professor Nelson Rodrigues dos Santos. Dia: 1 de agosto.

“Saúde mental do adolescente trabalhador: um estudo sobre estudantes de escolas noturnas do distrito de Barão Geraldo — Campinas, SP” (mestrado). Candidata: Marisa Lúcia Fabrício Mauro. Orientador: professor Joel Sales Giglio. Dia: 2 de agosto.

“Influência de fatores locais e sistêmicos na presença do gênero candida na boca de idosos” (doutorado). Candidato: Jacks Jorge Junior. Orientador: professor Oslei Paes de Almeida. Dia: 2 de agosto.

“Aspectos epidemiológicos, histológicos e terapêuticos associados à evolução do carcinoma microinvasivo do colo uterino” (doutorado). Candidata: Maria Salete Costa Gurgel. Orientador: professor Aloisio José Bedone.

Dia: 6 de agosto.

“Valor da hipertermia no tratamento da hiperplasia benigna da próstata” (mestrado). Candidato: Marcelo Lopes de Lima. Orientador: professor Carlos Arturo Levi D’Ancona. Dia: 7 de agosto.

“Obesidade feminina na adolescência: revisão teórica e casos ilustrativos. Visão psicossomática” (doutorado). Candidata: Maria Marta de Magalhães Battistoni. Orientadora: professora Lídia Straus. Dia: 9 de agosto.

“Aleitamento materno: estudo sobre o impacto das práticas assistenciais” (doutorado). Candidata: Ana Maria Segall Corrêa. Orientador: professor Djalma de Carvalho Moreira Filho. Dia: 14 de agosto.

“Lipodistrofia ginóide - aspectos epidemiológicos, clínicos, histopatológicos e terapêuticos” (mestrado). Candidato: Ana Beatriz Rodrigues Rossi. Orientador: professor André Luiz Vergnanini. Dia: 20 de agosto.

“Resposta hemodinâmica renal à sobrecarga oral com carne de frango e bovina” (mestrado). Candidato: Adolfo Henrique Rodrigues Simon. Orientador: professor José Butori Lopes de Faria. Dia 20 de agosto.

Odontologia

“Estudo comparativo do efeito do piroxicam e do nimesulide no pós-operatório de pacientes submetidos à cirurgia de extração de 3º molares retidos” (doutorado). Candidata: Marialza Aparecida Stolf Farhat. Orientador: professor Ennes Macari de Abreu. Dia: 26 de julho.

“Efeito da erupção alterada, por desimpedimento e pela vimblastina, nos fibroblastos, em várias regiões e compartimentos do ligamento periodontal de incisivos de ratos. Estudo morfométrico ultraestrutural” (doutorado). Candidato: Pedro Duarte Novaes. Orientador: professor José Merzel. Dia: 19 de agosto.

Química

“Efeitos dos substituintes em rnm de carbono-13 acetônitrilas α -monossobstituídas” (mestrado). Candidata: Raquel de Cássia R. Sofia. Orientador: professor Roberto Rittner. Dia: 2 de agosto.

“Síntese, toxicidade e atividade tripauxida de 3-(4'-bromo-[1,11-bifenil]-4-ll)- 3-(4-x-fenil) - NN - dimetil - 2-propeno-1 amina” (doutorado). Candidata: Roseli Maria de Conti Louren-

ço. Orientador: professor Nelson Eduardo Duran Caballero. Dia: 12 de agosto.

“Géu, vidros e compostos de polifosfato de cálcio, de ferro (III) e mistos” (mestrado). Candidata: Nancy Cristina Masson. Orientador: professor Fernando Galembeck. Dia: 16 de agosto.

“Produção, extração e purificação da violaceína: um antibiótico produzido pela *chromobacterium violaceum*” (mestrado). Candidato: Daniel Rettori. Orientador: professor Nelson Eduardo Duran Caballero. Dia: 16 de agosto.

“Flúidos eletroeológicos: suspensões de PVA em óleo de milho” (mestrado). Candidato: Antônio José Faria Bombard. Orientadora: professora Inês Joekes. Dia: 16 de agosto.

“Adsorção de cátions metálicos sobre sílica organofuncionalizada” (mestrado). Candidato: Cristiano Gomes de Faria. Orientador: professor José de Alencar Simoni. Dia 21 de agosto.

“Fosfato de titânio (IV) amorfo, cristalino e modificado - troca iônica, intercalação e termoquímica” (doutorado). Candidata: Sirlei Roca. Orientador: professor Cláudio Airoidi. Dia: 23 de agosto.



MagisPharma

Farmácia Magistral

HOMEOPATIA

- * MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS
- * ESSÊNCIAS FLORAIS
- * OLIGOELEMENTOS

Dra. Denise Derly Saburi (CRF - 8-11.888)
Dra. Rose Meiri Saburi (CRF - 8 -19.658)

CONVÊNIOS

- ** STU
- ** ADUNICAMP
- ** RHODIA
- ** APG
- ** TELEBRÁS
- ** ASTROCAMP
- ** PETROBRÁS

AV. Santa Isabel nº 284 - Barão Geraldo - Campinas - SP
Fone : 239-2319

UBATUBA

" Residencial Cantos Verdes"
Apartamentos novos de alto padrão para
você curtir suas férias neste verão

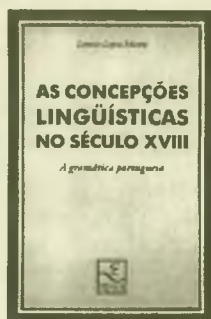
OBS: Desconto de 10% para Funcionários, Alunos e Professores da UNICAMP

RESERVAS

F: (012) 974-2573 / (012) 432-2307

OBS: Também temos apartamentos para venda

lançamentos



AS CONCEPÇÕES LINGÜÍSTICAS NO SÉCULO XVIII - A gramática portuguesa
Leonor Lopes Fávero

Preço: R\$ 20,00
166 pp.

O livro *As concepções lingüísticas no século XVIII* tem por objetivo examinar a ciência gramatical construída no Brasil e em Portugal. Ele apresenta as concepções lingüísticas, por meio de obras publicadas nos séculos 16 e 17 em Portugal, e investiga o contexto histórico, político e social em que estas obras foram produzidas.



GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS FALADO VOLUME IV: ESTUDOS DESCRITIVOS
Ataliba Teixeira de Castilho
Margarida Basilio (Orgs.)

Preço: R\$ 30,00
510 pp.

Este volume apresenta os projetos "Classes Lexicais e Gramaticais" e "Relações Gramaticais e Organização Textual-Interativa", desenvolvidos durante o 6º Seminário do Projeto Gramática do Português Falado, que discute a produção coletiva de uma gramática de referência baseada no Projeto da Norma Urbana Lingüística Culta do Brasil.



A ESPADA DE DÂMOYLES
O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império
Wilma Peres Costa

Preço: R\$ 27,00
334 pp.

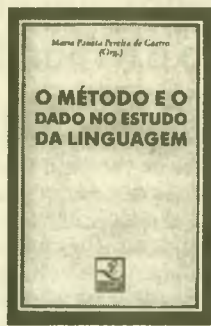
O livro *A Espada de Dâmoicles* pretende desenvolver uma reflexão sobre o papel das Forças Armadas, particularmente do Exército, na criação do Estado Imperial. O estudo desenvolvido pela autora compreende o período 1822 até 1889, contando a historicidade das relações Estado/Sociedade e Forças Armadas/Estado.



A CARNE, A MORTE E O DIABO NA LITERATURA ROMÂNTICA
Mário Praz

Tradução: Philadelpho Menezes
Preço: R\$ 59,00
480 pp.

Neste estudo, publicado inicialmente em 1930, Mário Praz estuda a literatura romântica do século 19 em um dos seus aspectos mais marcantes: a sensibilidade erótica. A obsessão dos autores românticos com o macabro, o marginal e o maldito também é analisada no livro.



O MÉTODO E O DADO NO ESTUDO DA LINGUAGEM
Maria Fausta P. de Castro (Org.)

Preço: R\$ 17,00
270 pp.

Os artigos que compõem *O método e o dado no estudo da linguagem* debatem e analisam os problemas impostos pela aquisição da linguagem, observando a importância do dado neste processo. A teoria piagetiana é analisada por Maria Fausta, que analisa o impacto da adoção do método clínico na teoria de Piaget.

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS

PONTES EDITORES LTDA Fone (019) 252-6661 Fax (019) 252-6011 DISAL S.A. Fone (011) 221-1011 Fax (011) 223-0306

REPRESENTANTES NOS ESTADOS

SP Pergamimho Com. e Dist. de Livros Ltda. Fone (019) 236-3620 Fax (019) 236-2561 Primetra Linha Dist. de Livros Fone/Fax (011) 255-3852 Brasilvivos Fone (011) 284-8155 Fax (011) 285-0305 RJ Vários Escritos Com. de Livros Ltda Fone (021) 222-4382 Fax (021) 556-3511 J.F. Costa Dist. de Livros Fone/Fax (021) 714-2864 MG Real Livros Fone (031) 201-4083 Fax (031) 201-6659 RN Potylivros Fone/Fax (084) 231-1583 ES A Edição Livraria e Dist. Fone (027) 223-4777 Fax (027) 223-5693 RO Univivros Fone/Fax (069) 221-9208 BA Livraria e Dist. Maldonado Fone (071) 321-4024 Fax (071) 321-7713 DF A Casa do Livro Fone (061) 224-3472 Fax (061) 224-3387 GO Planalto Dist. de Livros Fone (062) 212-2988 Fax (062) 225-6400 CE Livraria Acadêmica Fone/Fax (085) 221-4228 MT DLP Dist. de Livros Parati Fone (065) 624-5229 Fax (065) 624-1488 MS Dal Moro Dist. de Livros Fone/Fax (067) 384-6910 PR Aramis Chain Fone (041) 264-3484 Fax (041) 263-1693 SC Daniel Mayer Fone/Fax (048) 222-1244 RS Livraria Partenda Fone/Fax (051) 226-7703 PA Maria das Graças R. Silva - Livraria Cultura Fone (083) 322.4903 Fax (083) 321.6916

Editora da Unicamp, R. Caio Graco Prado, 50, CP 6074, CEP 13084-970 Campinas SP Fone (019) 239-8412 Fax (019) 239-3157

Da guerrilha ao terrorismo urbano

Pesquisador adverte para os riscos de crescimento do terror urbano

Enquanto mais de dez mil atletas protagonizavam em Atlanta, nos Estados Unidos, acirradas batalhas esportivas para conquista de medalhas olímpicas, dezenas de ataques terroristas em várias partes do mundo contabilizavam mais vítimas no balanço mundial da violência. Um deles, a explosão de uma bomba no Centennial Park durante um show musical, ofuscou o brilho da própria Olimpíada. Fora as ações extremistas, cerca de 50 guerras se desenrolavam no mundo, 80% delas envolvendo disputas internas nas chamadas guerras civis. Menos romântica que a figura do guerrilheiro "que jamais deve perder a ternura", como ensinou "Che" Guevara, o terrorista avança anônimo e preocupa o mundo.

Na avaliação de Héctor Luís Saint-Pierre, pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Unicamp, é provável que esse modo de luta se intensifique, seja por problemas sociais, religiosos, étnicos ou políticos, com alvos definidos ou indiscriminados. "A racionalidade neoliberal, que subordina decisões políticas às regras econômicas e vem sendo implantada no mundo, agudiza os problemas sociais. Com isso, abre grandes possibilidades para o avanço do terrorismo de esquerda ou de direita", constata Saint-Pierre em sua tese de doutorado "Fundamentos teóricos da guerra revolucionária", orientada pelo professor João Carlos Quartim de Moraes, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, defendida recentemente.

Moral revolucionária — Consideradas ações extremas, as guerras e o terrorismo são explicados por variados motivos. Disputa por territórios, questões religiosas ou raciais, manutenção do "status quo" e até mesmo a busca pelo

fim da opressão e das desigualdades sociais se incorporam às justificativas. Apesar das explicações resta a dúvida: haverá guerra justa? Para Saint-Pierre, a existência de guerras é prova de que não há valores universais, o que torna impossível definir se são justas ou não. "As guerras revolucionárias, com o objetivo de eliminar a opressão, a exploração e as desigualdades sociais, dão a impressão de serem mais justas porque propõem o desequilíbrio das forças existentes em busca do equilíbrio entre os iguais e tentam eliminar definitivamente o estado de guerra fomentado pela opressão e exploração", argumenta.

Em seu trabalho, Saint-Pierre discute conceitos estratégicos, teóricos e morais de guerra e de revolução. Escolhe a última como tema central com objetivo de analisar a fase em que o processo procura a ruptura institucional, ou seja, quando se torna guerra revolucionária. Analisa também a questão da violência na revolução, classificando-a como o meio de expressão política que as classes dominadas dispõem para responder à força institucional que as oprime. O estudo aborda ainda a insurreição desde seus primórdios espontâneos até o desenvolvimento de complexos planejamentos, como, por exemplo, a insurreição Sandinista, cuja estratégia foi preparada por Daniel Ortega dez anos antes da tomada de Manágua, em 1979.

Guerrilha e informática — A guerrilha, tática comum nas guerras revolucionárias, é discutida no trabalho a partir de exemplos históricos e da análise dos pontos de vista de intelectuais e de guerrilheiros que se ocuparam da discussão sobre sua importância. "Nos anos 60 e 70 havia intensos debates sobre o assunto. A exaltação ao espírito da guerrilha observada principalmente nas avaliações de Florestan Fernandes demonstra que, na



Saint-Pierre: racionalidade neoliberal abre espaço para o terrorismo

época, as análises conjunturais foram atropeladas pelas palavras de ordem e que considerações estratégicas sobre revolução foram substituídas pelo mito da invencibilidade guerrilheira", constata.

Carlos Marighela, lembra o professor, afirmava que na organização revolucionária só há missões e tarefas a cumprir, esquecendo-se da argumentação de Lênin, para quem, sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário. Contrariando Florestan, a guerrilha é para Saint-Pierre um instrumento da ação revolucionária e até mesmo não-revolucionária ou contra-revolucionária, e não princípio estratégico e fundamento político da revolução.

Um exemplo de que nem sempre a guerrilha possui componentes revolucionários, conforme o professor, foi verificado no levante do Chiapas, em 1994, quando um exército brancaleônico integrado por índios e camponeses de uma das regiões mais pobres do México empunhou

obsoletos fuzis de madeira para reclamar das autoridades pão, saúde, educação e paz. O movimento, personificado na figura do subcomandante Marcos, propunha diálogo com o governo e não sua derrubada ou a mudança dos meios de produção. Mas por outro lado, introduziu novidades significativas como a utilização intensa de mensagens via Internet para denunciar atrocidades e o genocídio provocado pela aviação mexicana nos contra-ataques.

Com o apoio da informática e a utilização de símbolos e metáforas em suas comunicações, os zapatistas conseguiram a simpatia e a solidariedade internacional para sua causa. A tática da comunicação, para o professor, fez a diferença. A utilização dos recursos da informática, que tornou a Guerra do Golfo "espetáculo" para milhões de pessoas e contribuiu para o ataque certo aos alvos, poderá servir também para que a luta de classes ganhe novo perfil. (P.C.N.)

Canudos sobrevive no imaginário popular

Conselheiro: um elo entre a pobreza do sertão e o mundo da fartura

O sertão não virou mar, nem o mar virou sertão. Mas a figura e as palavras de Antônio Conselheiro, cem anos após sua morte, ainda estão presentes no dia-a-dia dos descendentes de seus seguidores. Eles habitam Canudos, município do sertão baiano com cerca de 15 mil habitantes, reerguido décadas após a destruição completa da comunidade liderada por Conselheiro, pelo exército da recém-proclamada República. Os republicanos viam naquele local um foco de resistência monarquista de alto risco para a nova ordem política brasileira da época. O massacre dos cerca de 10 mil habitantes de Canudos, que lutaram com facas, arco e flecha e outras armas rudimentares contra canhões do exército, numa batalha que a história oficial se importa pouco em contar, foi insuficiente para apagar da memória do sertanejo o que representou Antônio Conselheiro e sua comunidade.

A história de Canudos e de seu líder religioso está viva até mesmo entre os jovens do lugar, constata a socióloga Patrícia de Santana Pinho na dissertação de mestrado "Revisitando Canudos hoje no imaginário popular", orientada pela professora Maria Teresa Sales de Melo Suarez, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp e defendida em agosto passado. Para concretizar o trabalho, cujo objetivo foi conhecer a versão popular da história de Canudos por meio do imaginário de seus habitantes, Patrícia tem visitado o município e convivido com a população do lo-

cal desde 1992. A experiência resultante do contato, bastou para a pesquisadora perceber a importância de Antônio Conselheiro e da velha Canudos para os sertanejos, que relembram sua saga em poesias, em simples conversas ou em atividades religiosas como as romarias anuais promovidas pela Igreja Católica local.

Pobreza e fartura — Segundo a socióloga, alguns temas se destacam no imaginário popular. A figura do Conselheiro é idealizada e a velha Canudos é lembrada como local onde teria havido fartura; uma "cidade de ouro do sertão". Com a autoridade de quem soube dos fatos por relatos dos próprios pais, seguidores do Conselheiro, os moradores mais antigos acreditam que ele era realmente um "homem santo", capaz de realizar milagres, e um elo entre a pobreza do sertão e um mundo de fartura. Os jovens, inspirados na visão de vanguarda de uma Igreja Católica atuante e adepta da Teologia da Libertação, o classificam como líder político, religioso e ideológico. As diferenças na forma de conceituar Antônio Conselheiro, segundo a pesquisadora, refletem o peso da oralidade na avaliação dos mais velhos e a influência da igreja no imaginário do povo de Canudos, influenciado também pela presença constante de pesquisadores e repórteres que visitam o local. "O passado é construído no momento atual e, portanto, carrega as representações do presente da vida do narrador", argumenta.

Confrontar a versão popular da história com aquela disseminada pela literatu-



Patrícia com Ana José dos Santos (à dir.), filha de um sobrevivente da chacina de Canudos

ra, por meio principalmente das obras de Euclides da Cunha, Edmundo Muniz e Rui Facó, foi, conforme Patrícia, uma maneira de desmistificar as versões de intelectuais e não aprisionar as ações do Conselheiro e seus seguidores a conceitos preestabelecidos, como messianismo, fanatismo, milenarismo e utopia do sertão. "Canudos não foi de forma alguma resultado de fanatismo religioso. Foi uma alternativa de vida em que as práticas coletivas, como o mutirão, imperaram. E a religião foi a linguagem usada por Antônio Conselheiro para a inspiração de um mundo mais justo", defende.

Organização exemplar — Exatamente por isso, acredita Patrícia, a comunidade incomodou as autoridades da época a ponto de um verdadeiro genocídio ter sido praticado para conter o crescimento da influência do Conselheiro, não só sobre o sertão nordestino, mas também sobre ex-escravos e indígenas que se juntaram ao líder. "Canudos foi um Estado dentro do Estado. Um exemplo de organização popular,

composto por homens e mulheres cuja valentia surpreendeu o exército e a opinião pública da época", considera. A organização e a capacidade de resistência dos seguidores de Antônio Conselheiro, segundo a socióloga, acabou por criar em torno deles o mito de ameaça nacional. E a crueldade com que praticamente a totalidade foi eliminada, reforçou a fé dos descendentes dos que sobreviveram à chacina, na quase santidade do Conselheiro — homem capaz de realizar longos jejuns, quando o ideal do sertanejo é a fartura.

A Canudos visitada por Patrícia é a terceira cidade do sertão baiano a receber esse nome. A primeira, fundada em 1893 e liderada por Conselheiro durou apenas quatro anos até ser completamente dizimada pelas tropas do exército. Com praticamente toda a população morta, as tropas atearam fogo ao que restou da cidade, para que não restasse qualquer lembrança dela e do Conselheiro. A segunda foi erguida na década de 1910, mas em 1969 cedeu espaço para o açude de Cocorobó. (P.C.N.)